

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

# ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

VOL. 27

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, MAIO DE 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
IPEA/IPLAN/- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

Volume 27 - DISTRITO FEDERAL

Brasília, Maio de 1972  
CIRCULAÇÃO RESTRITA

APRESENTAÇÃO

## ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

### APRESENTAÇÃO

...De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti



do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

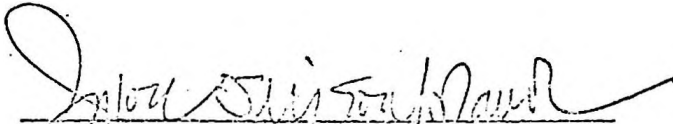
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sarques Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972

  
Antônio Nilson Craveiro Holanda  
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

## NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

#### Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUI	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

INDICE

## ÍNDICE

### A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

1. Quadro atual de Planejamento do Distrito Federal
2. O I Plano de Desenvolvimento Integrado para o Distrito Federal - 1971/73
3. Objetivos
4. Estratégia e Prioridades
5. Dispêndios e Recursos
6. Instrumentos

### B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO DISTRITO FEDERAL

### C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO DISTRITO FEDERAL

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Distrito Federal

### D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### E - ANEXOS

- I - O Planejamento Estadual
- II - Situação Orçamentária - Tabelas

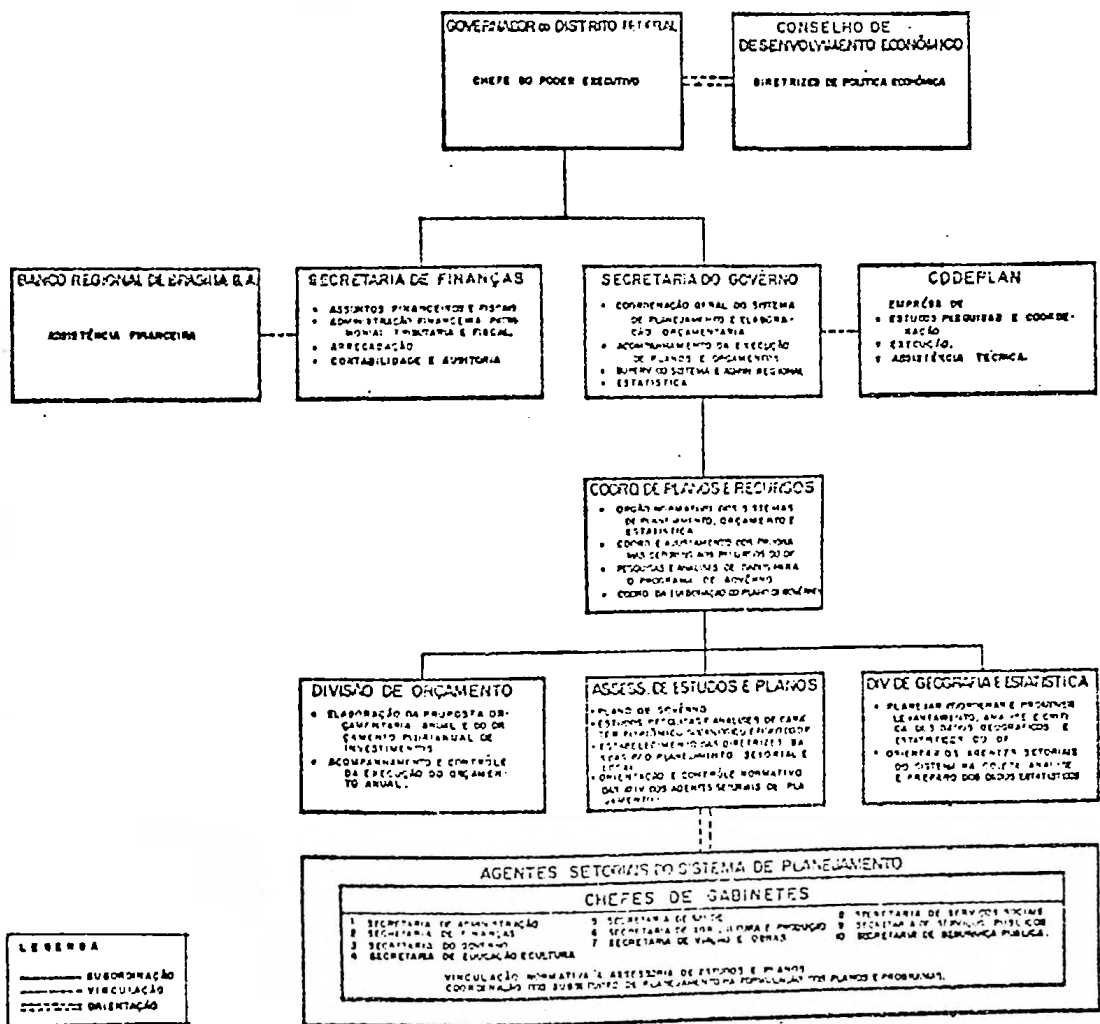


A- PLANEJAMENTO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

## A- O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO DISTRITO FEDERAL

O quadro e o organograma seguintes apresentam as linhas gerais da estrutura e evolução do sistema de planejamento do Distrito Federal. São descritos, igualmente, os aspectos básicos referentes ao atual plano de desenvolvimento estadual. Em anexo são apresentados em forma mais detalhada, outras informações pertinentes ao sistema de planejamento estadual.

**DISTRITO FEDERAL**  
**ESTRUTURA FUNCIONAL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO**



DISTRITO FEDERAL

## Evolução do Sistema de Planejamento

ANO	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1964	Lei nº 4.545 de 10.12.64	Cria a Secretaria de Governo, a Secretaria de Finanças e a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central -CODEPLAN- e dá outras providências.
1965	Decreto " nº410 de 31.06.65	Estabelece a estrutura e define a competência básica dos órgãos da Secretaria de Governo
	Decreto " nº429 de 02.08.65	Aprova o Regimento da Secretaria de Governo e dá outras providências.
	Decreto " nº467 de 13.12.65	Aprova o Regimento da Secretaria de Finanças e dá outras providências.
1967		Elaboração do ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS- 1968/71 e do "Diagnóstico da Esfera Pública do Distrito Federal."
1969	Decreto nº930 de 29.01.69	Vincula, para efeito de controle e supervisão, a CODEPLAN à Secretaria de Governo.
1970		I PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O DISTRITO FEDERAL-1971/73.

## 1. QUADRO ATUAL DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

O sistema de planejamento está constituído pelos seguintes órgãos: Conselho de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Governo, Secretaria de Finanças e Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. Além desses, funciona como elemento de apoio o Banco Regional de Brasília S/A.

## 2. O I PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O DISTRITO FEDERAL-1971/73

O I Plano de Desenvolvimento Integrado para o Distrito Federal apresenta, de forma coordenada, as ações a serem executadas pelos diversos componentes do contexto sócio-econômico do Distrito Federal no período de 1971/73.

Na Introdução, o Plano aborda três ordens de problemas que delineiam os aspectos básicos do I Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal; são:

- a) O planejamento a nível regional e suas implicações.

A consolidação da Capital, dando ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região, define a característica básica do I Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal - o Planejamento não deve preocupar-se exclusivamente com a consolidação de Brasília, mas que tenha o ângulo de visão voltado também para o campo de influência da Nova Capital, para que as ações se integrem num todo harmônico e o País se beneficie da transferência da Capital para o Planalto.

A seguir, apresenta as limitações do planejamento a nível regional: Região Aberta, Sensibilidade aos Ciclos Econômicos, Limitação nos Instrumentos de Ação Econômica e Limitação nos Instrumentos de Ação Administrativa.

b) O sistema sócio-econômico do D.F. e o planejamento.

Considerando o plano atual como uma primeira tentativa de visão global de planejamento para a área do Distrito Federal, e que com isto procura, através de uma administração planejada, melhores instrumentos para fazer frente ao desafio que se lhe apresenta: o incremento das solicitações de benefícios sociais, principalmente no campo da saúde, da educação, da habitação, etc. decorrentes do vigoroso polo de atração de migrantes que se constitui a Nova Capital.

c) Notas Metodológicas.

Sob este título são apresentados, em linhas gerais, os problemas metodológicos decorrentes da elaboração do I Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

As diretrizes globais, discutidas ao nível de Secretarias, originaram linhas de ação definindo prioridades e políticas a nível setorial mais específico.

Os investimentos públicos previstos no Orçamento Plurianual de Investimentos (1971/73), foram compatibilizados com a orientação geral do Plano.

A quantificação dos investimentos programados pela área privada de economia, não pode ser totalmente mensurada, em decorrência das próprias características de sistema econômico, e que portanto, as aplicações previstas para os setores refletem em sua maior parte a atuação do Setor Público.

### 3. OBJETIVOS

A valorização do elemento humano constitui o objetivo principal para o qual se orienta toda a programação do Plano. Consoante essa diretriz, procurar-se-á ampliar a oferta de emprego para a mão-de-obra menos qualificada, à medida que o Setor de Construção Civil decline suas atividades; e também a criação de novas áreas de atração populacional.

Diminuição da grande evasão de renda e aumento da receita própria do Governo Local, são também catalogados como objetivos globais.

#### 4. ESTRATÉGIA E PRIORIDADES

O Plano de Desenvolvimento Integrado não apresenta de maneira explícita, uma estratégia global. Entretanto, em função dos objetivos globais, as ações a serem deflagradas obedecerão às seguintes orientações:

a) destinação de parte substancial dos recursos à satisfação das necessidades mais diretamente vinculadas ao bem-estar comum - saúde, educação e habitação;

b) incentivos à iniciativa privada para dinamizar sua atuação no contexto sócio-econômico do Distrito Federal;

c) conjuntamente com órgãos de planejamento da região, desenvolver outros polos ofertantes de ocupação, principalmente na agropecuária, mineração e beneficiamento de metais não ferrosos.

O Plano dá ênfase prioritária aos serviços de saúde, saneamento, habitação e urbanização, todos setores eminentemente sociais, os quais deverão absorver 60% dos dispêndios no triênio.

#### 5. DISPÊNDIOS E RECURSOS

O esquema financeiro do Plano é apresentado setorialmente, onde as aplicações previstas são desdobradas em projetos. Para cada projeto é estabelecido um programa de aplicações para o período 1971/73, juntamente com a fonte de recursos para o financiamento do mesmo.

Não há no Plano de Governo do DF, referências explícitas, sobre fontes globais de recursos, modo de efetuar as estimativas desses recursos para o período de 1971/73, problemas referentes a endividamento e operações de crédito.

Para o período 1971/73 prevê-se uma aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 589.125.274,00, segundo a seguinte distribuição:

DESPESAS POR PROGRAMAS	TOTAL NO TRIÊNIO (Cr\$ 1,00)	%
Administração	131.950.744	22,40
Agropecuária	28.230.830	4,79
Assistência e Previdência	1.619.200	0,27
Defesa e Segurança	21.990.000	3,73
Educação	43.785.800	7,43
Energia	12.325.000	2,09
Habitação e Planejamento Urbano	213.020.000	36,16
Saúde e Saneamento	96.297.600	16,35
Transportes	39.906.100	6,78
<b>T O T A L</b>	<b>589.125.274</b>	<b>100,00</b>

## 6. INSTRUMENTOS

O Plano não faz referência a instrumentos que seriam utilizados para a consecução dos objetivos globais. Explicitamente, há um item referente a "Instrumentos" para o alcance dos vários objetivos setoriais. Entretanto, pela natureza desses "Instrumentos", conclui-se que seria mais apropriado classificá-los como estratégia setorial. E assim, estas são apresentadas em anexo.



Entretanto, na parte referente a contrôle, o documento apresentado para o Encontro de Secretários de Planejamento, faz menção a um sistema para a execução do Plano. Quando da introdução da Técnica de Orçamento-Programa no DF, um dos objetivos pretendidos era o acompanhamento e contrôle de execução dos projetos e oportuna reformulação dos respectivos programas. Posteriormente foi introduzido o acompanhamento físico-financeiro, com a finalidade de descrever, analisar e avaliar a execução dos projetos, e também obter um fluxo de informações que possibilitassem os reajustamentos da execução dos planos setoriais e globais do Governo.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO DISTRITO FEDERAL

ASPECTOS DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DOS ESTADOS DO BRASIL

Síntese dos Aspectos Básicos

Estado do DISTRITO FEDERAL

1. Orçamento para 1972: Receita : 589,0 ; Despesa 574,0 milhões de cruzeiros

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	61,8	53,0	41,9
- s/Receita Total dos Estados	3,0	2,4	1,8

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	0,0	+ 7,9
1971/72	- 2,9	+ 9,6

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	- 2,9	+ 24,5
1971/72	+ 3,1	+ 22,0

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	Total
1968	35,5	1,5	-	59,4	60,9
1970	37,9	1,5	-	54,5	56,0
1972	26,7	2,3	-	64,2	66,5

(\*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	490,8	353,3	198,6
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	277,6	203,6	97,1

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	912,6	749,0	523,1
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	3.432,3	2.386,9	1.461,5

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	19,8	23,9	24,6
Região	28,2	31,8	24,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	45,6	35,6	27,0
Região	38,0	33,5	37,3
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
96,4	3,0	0,6

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

20,9

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	-	-	-
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	0,1	-	0,1
14. <u>Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :</u>			

	<u>1968</u>	<u>1970</u>
-	6,3	- 1,3

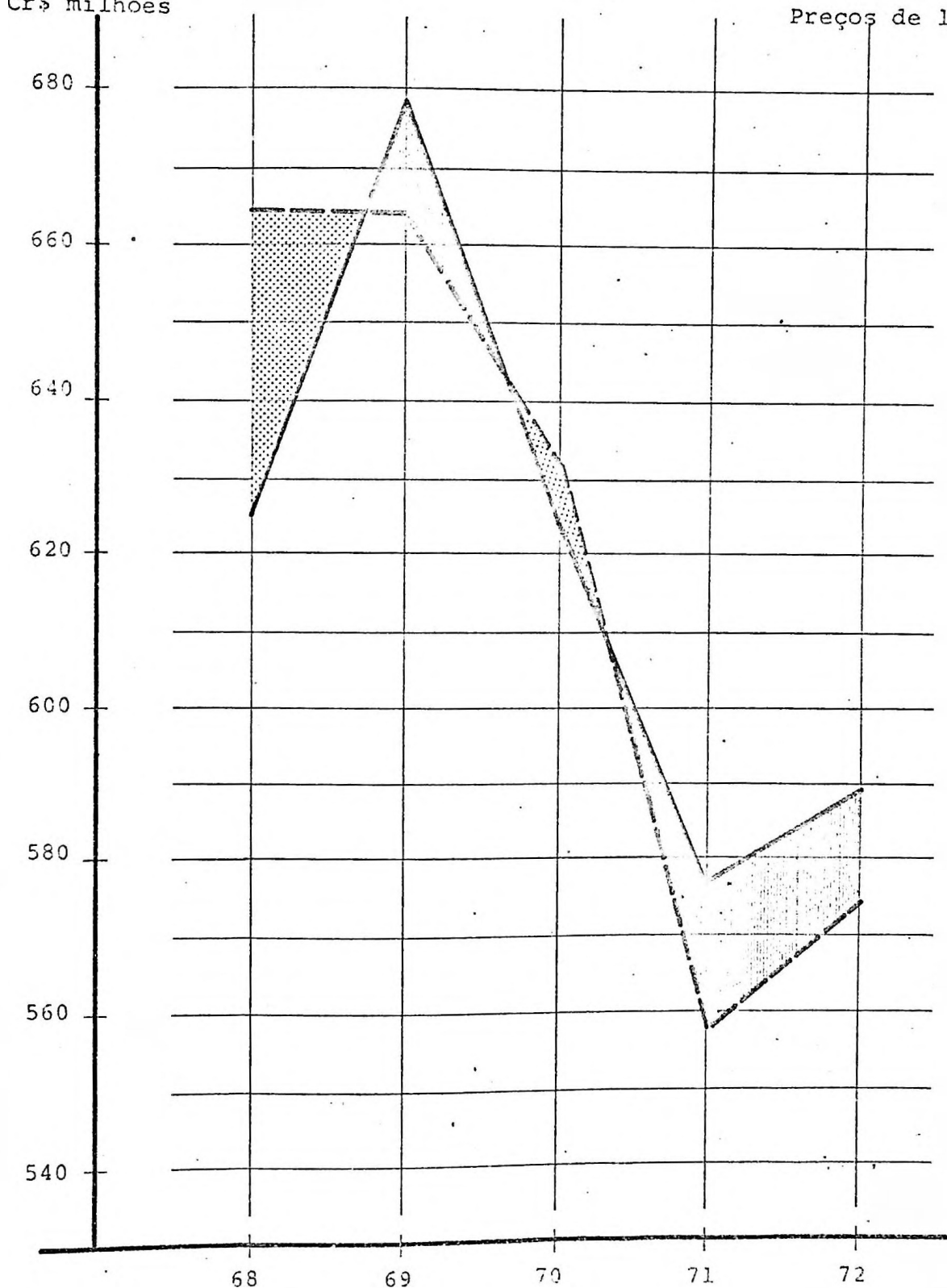
DISTRITO FEDERAL



COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA



1968/1972

Cr\$ milhões

Preços de 1972



 SUPERAVIT  
 DEFICIT

 RECEITA  
 DESPESA

C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO DISTRITO FEDERAL

## C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DISTRITO FEDERAL

### 1. AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

#### 1.1. O Orçamento em 1972

O Orçamento do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e estima a Receita no montante de Cr\$ 589,0 milhões.

##### 1.1.1. A Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União, conforme se apresenta abaixo, evidenciam um fraco desempenho da Receita do Distrito Federal, porquanto vem sistematicamente perdendo posição naqueles totais <sup>1/</sup>:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita do D.F./Receita da Região Centro-Oeste: (%)	61,8	56,5	53,0	46,1	41,9
Receita do D.F./Receita dos Estados: (%)	3,0	2,8	2,4	2,0	1,8
Receita do D.F./Receita da União: (%)	2,8	2,6	2,3	2,2	1,8

Os gráficos I, II e III, apresentados no Anexo I do volume 28, mostram a posição relativa da Receita do Distrito Federal, nos anos 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Centro-Oeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União. Observa-se que a participação relativa da Receita do Distrito Federal está em constante e substancial declínio.

<sup>1/</sup> - Tabelas BR - 1.3, 1.4 e 1.5. Todas as tabelas com a referência BR - encontram-se no Anexo II, do volume 28.

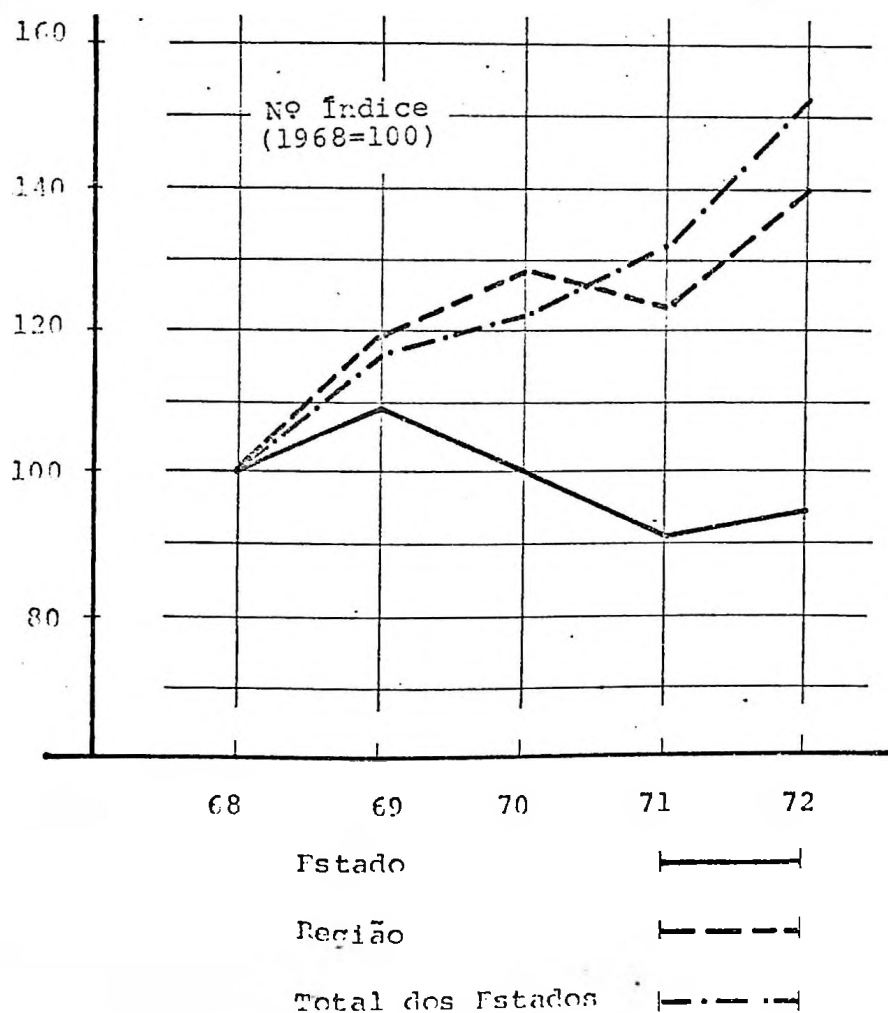
### 1.1.2. Evolução da Receita em Termos Reais

A evolução da Receita em termos reais apresenta uma ligeira expansão em 1968 em relação ao exercício anterior (9%), seguida de diminuição em 1970. As estimativas dos anos 1971 e 1972 são de decréscimo (-8,6%) e uma ligeira expansão (+3,3%), respectivamente. Mas as estimativas representam receitas inferiores às observadas nos exercícios correspondentes aos dados de Balanço.

O quadro abaixo apresenta os dados da evolução da Receita:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	109	100	91	94
Acréscimos Anuais (%):	-	+ 8,6	- 8,1	- 8,6	+ 3,3

O gráfico seguinte apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Distrito Federal, da Receita da Região e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal <sup>1/</sup>, onde a Receita do Distrito Federal apresenta uma evolução irregular, porem a ritmo inferior aos verificados para os conjuntos regional e nacional:



<sup>1/</sup> - Tabelas DF - 1.2 e 1.3, apresentadas no anexo II deste volume.

<sup>2/</sup> - Tabela BR - 1.2.



### 1.1.3. Evolução da Despesa em Termos Reais

A Despesa em 1969 alcançou o mesmo nível observado em 1968. E em 1970 já apresentou declínio, seguindo à orientação da evolução da Receita. As estimativas para 1971 e 1972 fixam as Despesas em níveis inferiores aos observados no sub-período anterior. Para 1972, as estimativas apresentam um ligeiro acréscimo em relação a 1971. A evolução da Despesa pode ser analisada no quadro a seguir 1/:

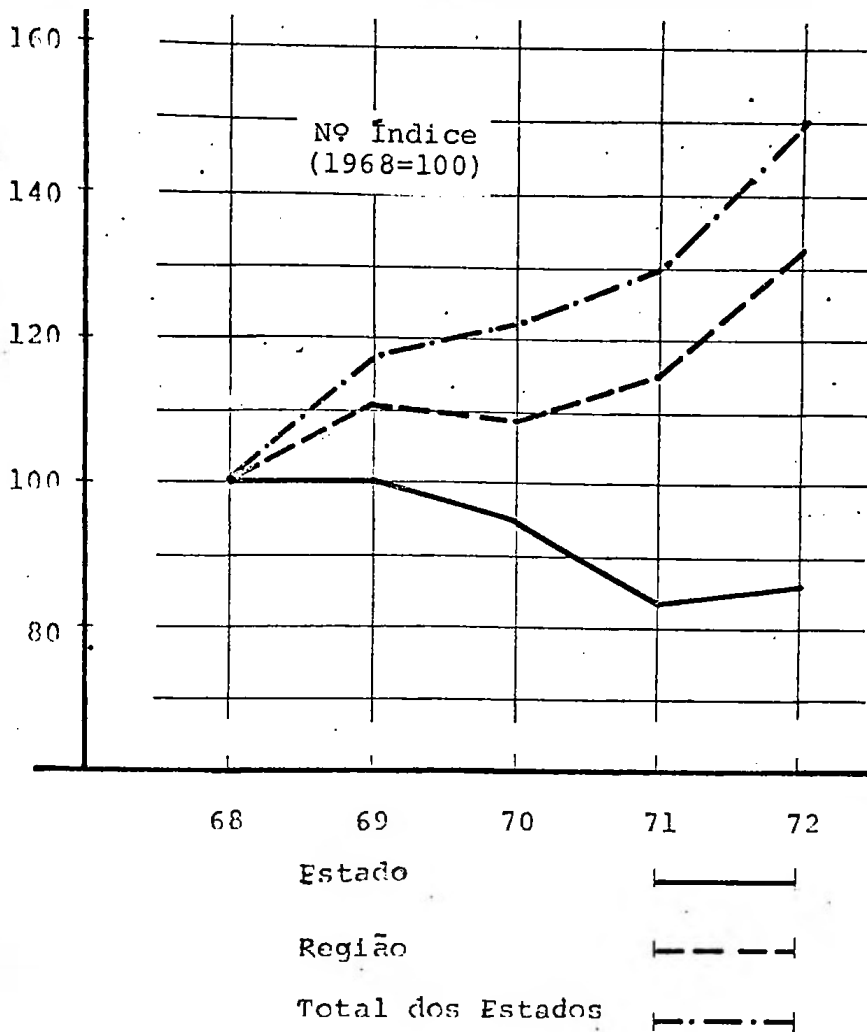
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	100	95	84	86
Ácréscimos Anuais (%):	-	0,0	- 4,8	- 11,7	+ 2,9

A Despesa do Distrito Federal, diferentemente do que se observa para a Receita, assume tendencia visivelmente decrescente, registrando-se um declínio de aproximadamente 5,0% no último ano de execução orçamentária. Este declínio se evidencia mais acentuado nos anos de previsão, em decorrência da norma seguida na elaboração orçamentária do Distrito Federal de não comprometer a totalidade dos recursos estimados, os quais irão constituir reservas de contingência. Ressalte-se que este procedimento induz o aparecimento de superávits orçamentários nas previsões, ao contrário dos demais orçamentos onde a Receita e Despesa são sempre equilibrados.

O gráfico seguinte apresenta o crescimento em termos reais, da Despesa do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e do conjunto dos Estados e Distrito Federal. A evolução da Despesa do Distrito Federal se apresenta em ritmo bastante inferior ao observado para a Região, e para o conjunto dos Estados, em que pese sua elevada participação na formação da Despesa Regional 2/.

1/ - Tabelas DF - 1.2 e 1.3

2/ - Tabela BR - 3.1



## 2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

- análise segundo as categorias econômicas;
- análise segundo a origem.

Neste segundo sub-item será dado destaque ao ICM e às Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

### 2.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O gráfico V, apresentado no Anexo I do volume 28, mostra as Receitas dos Estados e da Região Centro-Oeste desdobradas em Receitas Correntes e de Capital <sup>1/</sup>. Observa-se que o Distrito Federal tem uma elevada proporção de Receitas de Capital, e que, enquanto os demais Estados da Região Centro-Oeste estão elevando a participação das Receitas de Capital na composição da Receita, o Distrito Federal a mantém estável.

<sup>1/</sup> - Tabela BR - 2.6

### 2.1.1. Evolução em Termos Reais das Receitas Correntes e de Capital

As Receitas Correntes mantem-se relativamente estáveis no período 68/70, e apresentam-se decrescentes nos anos de previsão relativamente aos de execução orçamentária.

As Receitas de Capital assumem um comportamento substancialmente diferente. Os dados de 1968/70 apresentam uma evolução muito irregular: em 1969 há um acréscimo de 40% em relação ao exercício anterior, enquanto em 1970, há uma diminuição de 33% em relação a 1969. As estimativas para 1971 e 1972 são de igual montante (99,8 Cr\$ milhões a preços de 1972) e são ainda iguais as Receitas de Capital efetivadas em 1968. Ou seja, há uma estabilização das Despesas de Capital em termos reais, à exceção dos exercícios de 1969 e 1970.

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital 1/:

Receitas Correntes e de Capital  
Nº Índice - 1968 = 100

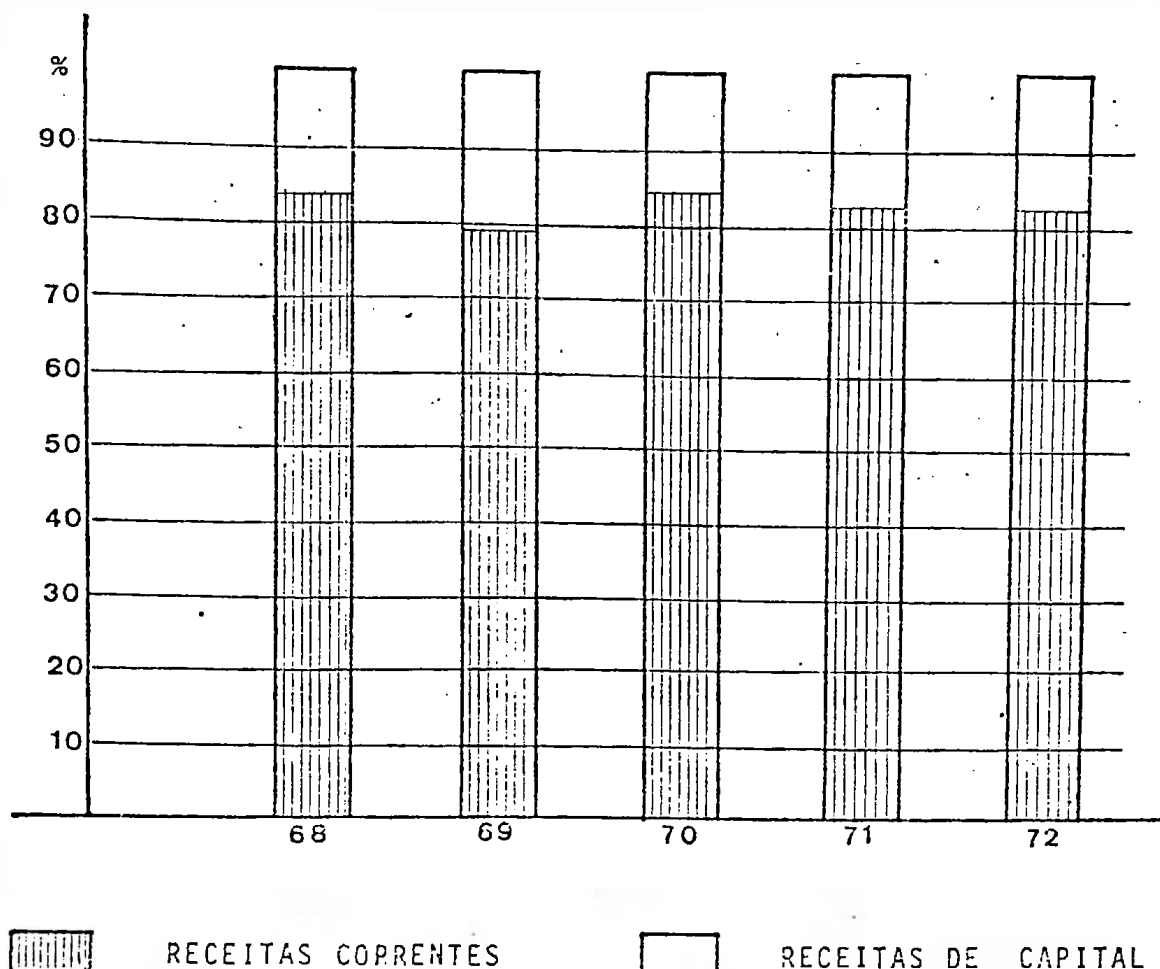
ANO \ RECEITA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	103	140
1970	101	94
1971	90	100
1972	93	100

### 2.1.2. A Composição Percentual da Receita Segundo as Categorias Econômicas

As oscilações verificadas na evolução das Receitas Corrente e, principalmente, das Receitas de Capital não chegaram à alterar sensivelmente a composição da Receita Total, como se observa no gráfico seguinte. Este fato se deve à pequena participação da Receita de Capital naquele total 2/.

1/ Tabelas DF- 1.2 e 1.3

2/ Tabela DF- 1.1



## 2.2 Análise Segundo a Origem

O gráfico VI apresentado no Anexo I do volume 28, mostra a comparação da composição das Receitas dos Estados da Região, desdobradas em Próprias e Transferências, onde se observa que o Distrito Federal é a unidade da Federação com maior grau de dependência às Transferências da União, à exceção do Acre <sup>1/</sup>.

### 2.2.1 Evolução em Termos Reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identifica para o sub-período 1968/70 (dados de Balanço) uma tendência ascendente com um crescimento de 6,0% a.a.. Para o sub-período seguinte

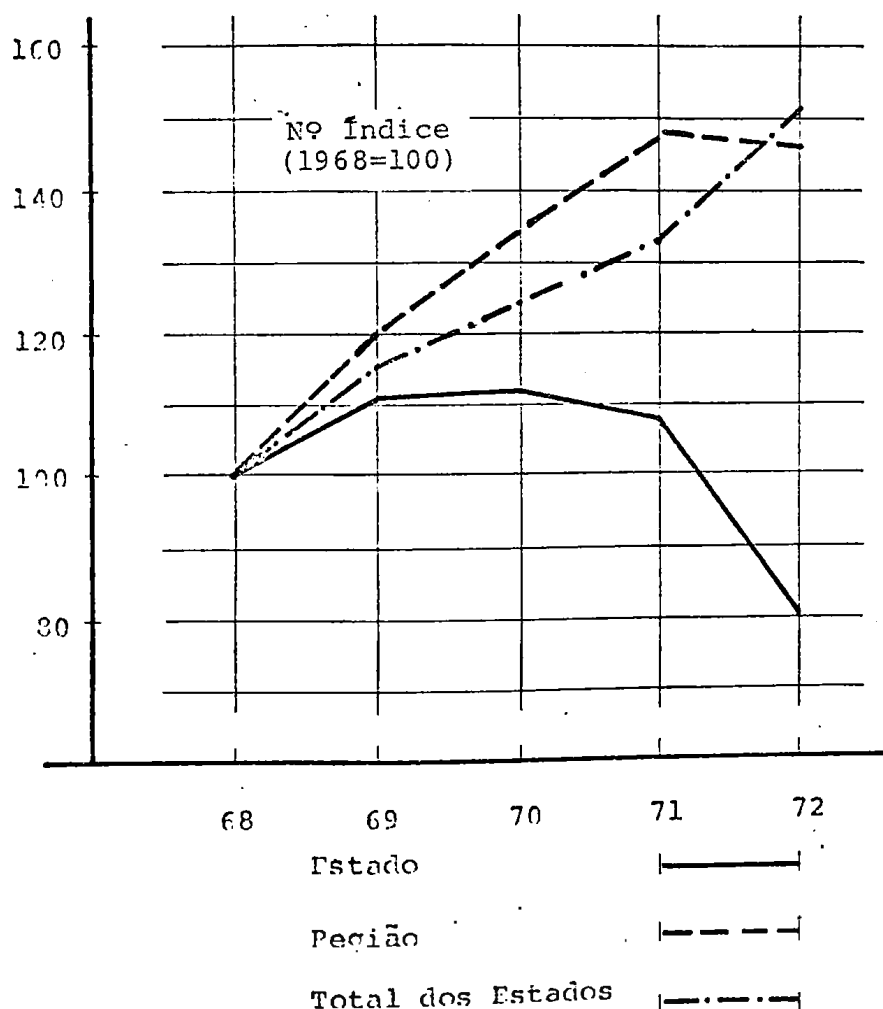
<sup>1/</sup> Tabela BR- 2.2.

te (dados de Orçamento) constata-se que seus valores assumem tendência decrescente (taxa geométrica de 15,31 (\*) <sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	111	112	108	81
Acréscimos Anuais : (%)	-	+10,7	+1,4	-4,1	-25,2

O comportamento observado na evolução das Receitas Próprias é reflexo da evolução do ICM. Este tributo, com uma participação média de 86% no período, constitui-se no principal componente das Receitas Próprias. Sua evolução apresenta-se ascendente em 1968/70, e decrescente nos orçamentários de 1971 e 1972.

O gráfico abaixo apresenta o crescimento em termos reais das Receitas Próprias do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e do conjunto dos Estados da Federação.<sup>2/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela DF-2.2

<sup>2/</sup> Tabela BR-2.1

(\*) As taxas de crescimento para o período de previsão orçamentária foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos respectivamente com dados de balanço e previsão orçamentária.

Observa-se que o ritmo de crescimento médio das Receitas Próprias do Distrito Federal no período é inferior ao verificado para os totais regional e nacional, pois enquanto as Receitas Próprias do Distrito Federal decrescem a taxa de 5,1% a.a., o total das Receitas Próprias da Região cresceu a 7,2% a.a. e o total de todos os Estados a 10,9% a.a.

As Transferências em termos reais, no sub-período 1968/70 decresceram a uma taxa de 4,2% a.a.. Contudo as estimativas para o sub-período 1971/72 prevêem-nas crescendo a uma taxa de 5,9% a.a., o que corresponde a uma inversão da tendência anterior.

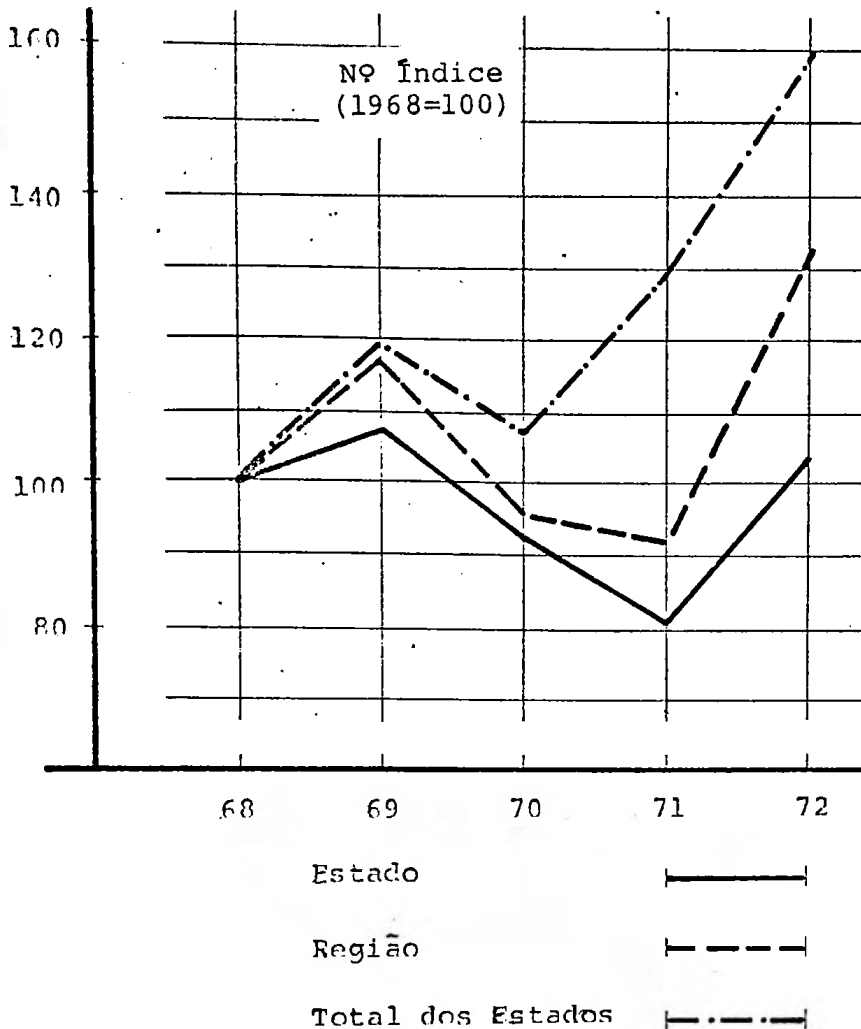
. O quadro abaixo apresenta o ritmo da evolução das Transferências para o Distrito Federal <sup>1/</sup>:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	107	92	81	103
Acréscimos Anuais (%):	-	+ 7,3	- 14,4	- 12,1	+ 27,7

O gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Distrito Federal, pela Região Centro-Oeste e pelo total dos Estados e Distrito Federal <sup>2/</sup>. O ritmo médio com que evoluem as Transferências para o Distrito Federal no período 68/72 (0,8% a.a.) é muito inferior ao ritmo que evolui a total das Transferências para a Região (7,2% a.a.) e o ritmo da evolução do total das transferências para os Estados (12,3% a.a.)

1/ - Tabela DF - 2.2

2/ - Tabela BR - 2.1



### 2.2.2. O ICM

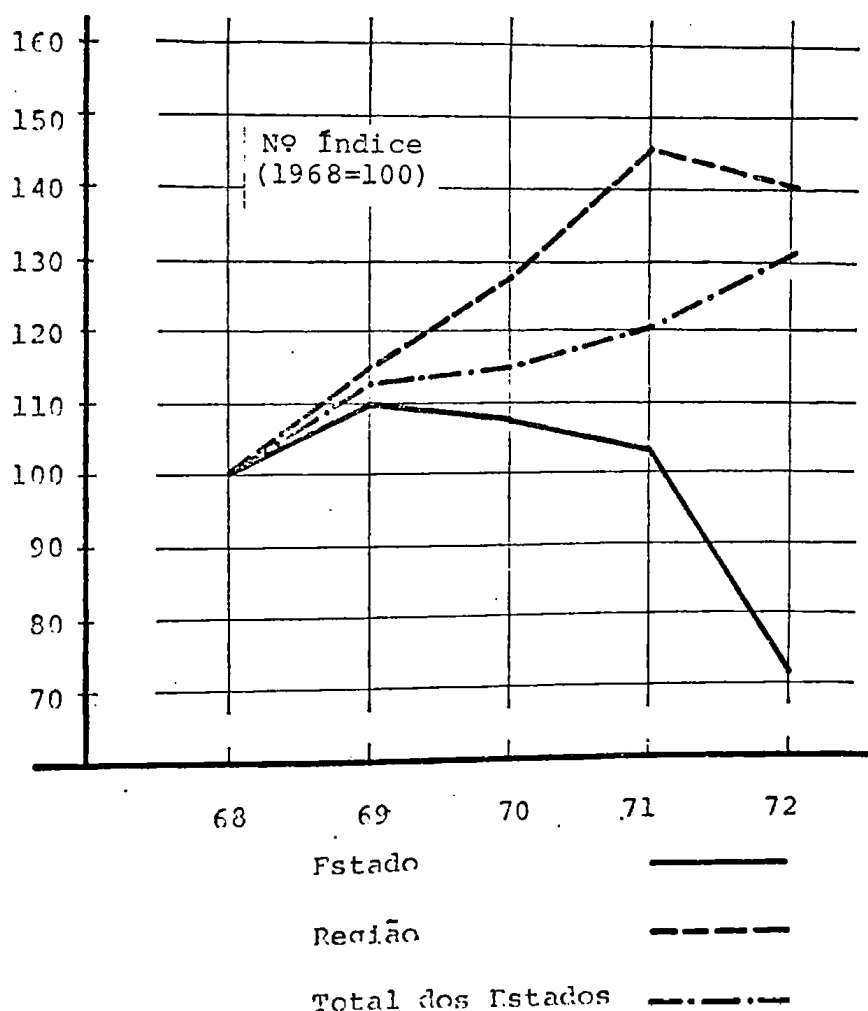
A contribuição do ICM na formação da Receita do Distrito Federal assume proporções crescentes no período 68/70, guardando média de 36,3%. Esta tendência se mantém ainda no primeiro ano de previsão, para em seguida apresentar forte declínio, variando segundo os valores apresentados abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
ICM/Receita Total (%)	35,3	35,8	37,9	40,0	26,7

Estes coeficientes se evidenciam bastante inferiores às médias apurados para a Região e, principalmente, para o total dos Estados, como mostra o gráfico VII, apresentado no anexo I do volume 28. Como tendência tem-se que as variações observadas no Distrito Federal são menos acentuadas que as verificadas na Região, embora apresentem o mesmo sentido. Já os valores médios nacionais mostram-se sempre decrescentes.

A melhoria de posição observada nos anos de execução orçamentária reflete mais o comportamento verificado nas Transferências que o efetivo crescimento da rubrica, pois neste período sua expansão foi de apenas 3,4% a.a. (preços de 1972). Para os dados de previsão espera-se forte declínio no valor desse imposto (cerca de 18,0% a.a.).

O gráfico abaixo compara o desempenho do ICM do Distrito Federal com os totais calculados para o conjunto dos Estados da Região e do Brasil, onde se destaca a lenta evolução desse tributo no Distrito Federal:





Ressalte-se finalmente que no Distrito Federal essa rubrica se compõe do ICM incidente sobre o trigo importado e sobre as transações locais de mercadorias, sendo que a parcela originada na importação do trigo apresenta-se bastante elevada, como se verifica no quadro abaixo:

COMPOSIÇÃO DO ICM

(Preços Correntes)

ANOS	I C M s/trigo importado		I C M s/transações locais		ICM TOTAL	
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)
1968	90,0	84	17,7	16	112,7	100
1969	130,0	87	19,3	13	149,3	100
1970	148,0	85	26,3	15	174,3	100
1971*	123,0	60	81,0	40	204,0	100
1972*	110,0	70	47,1	30	157,1	100

(\*) estimativas orçamentárias.

As previsões do ICM local para 1971 elevaram significativamente sua participação no ICM total, contudo, sabe-se hoje que o valor efetivamente arrecadado naquele ano foi de Cr\$ 43,5 milhões, Embora esta cifra evidencie um substancial acréscimo em relação ao ano anterior, ela se acha muito aquém da estimativa orçamentária, indicando assim uma tendência a super estimação orçamentária.

Comparando-se a evolução dos componentes do ICM com a evolução da Receita Própria, das Transferências e da Receita Total, mostradas abaixo, verifica-se a influência do ICM sobre a importação do trigo no desempenho da Receita Total:

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DA RECEITA

(Nº Índice - 1968=100)

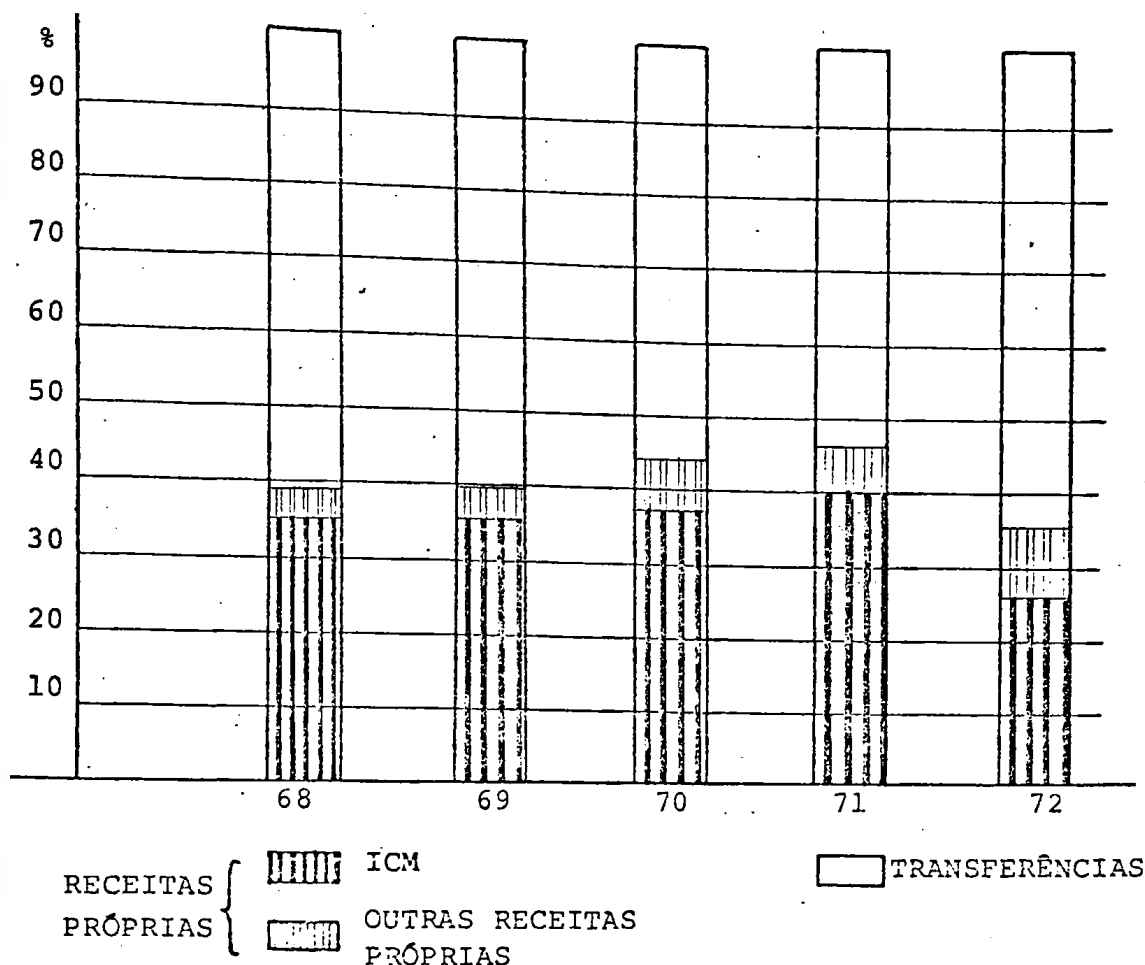
ANOS	I C M			RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFE RÊNCIAS	RECEITA TOTAL
	LOCAL	S/TRIGO	TOTAL			
1968	100	100	100	100	100	100
1969	90	113	110	111	107	109
1970	103	108	107	112	92	100
1971	261	74	103	108	81	91
1972	136	59	71	81	103	94

2.2.3. A Composição Percentual da Receita Segundo a

Origem

O ritmo de crescimento mostrado pelas Receitas Próprias implicou em que estas elevassem participação relativa no Total de Receitas ao longo do sub-período 1968/70. No sub-período 1971/72 as previsões indicam um aumento de participação das Receitas Próprias em 1971, e substancial decréscimo no exercício seguinte

O gráfico seguinte ilustra essas modificações:



#### 2.2.4 As Transferências e sua Posição Relativa no Total das Receitas

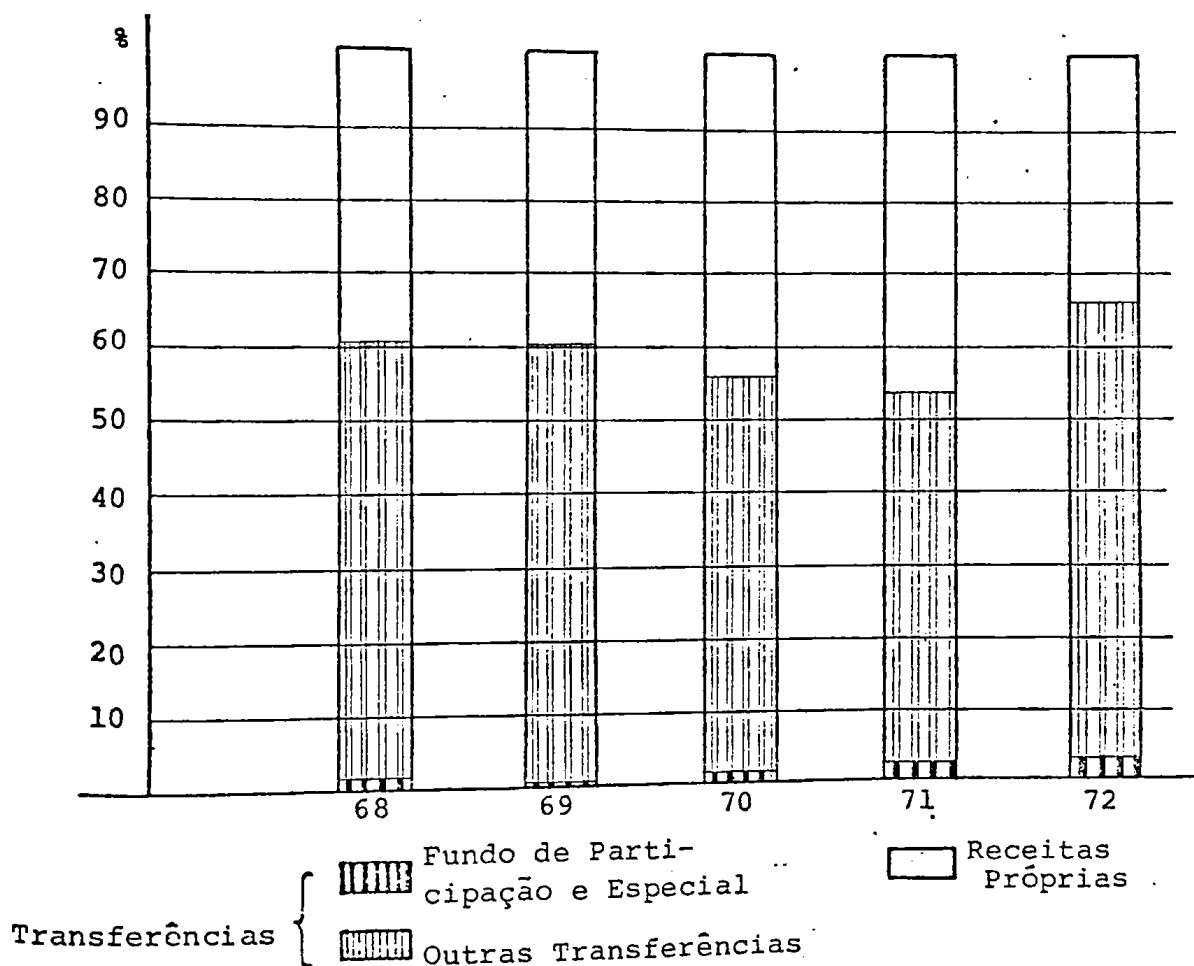
A contribuição relativa das Transferências na formação da Receita do Distrito Federal apresenta-se decrescente no período de execução quando varia de 60,0% para 56,0%, respectivamente nos anos de 1968 e 1970. Esta tendência persiste ainda no primeiro ano de previsão orçamentária. Contudo, contrariando a tendência observada acima, as estimativas de 1972 elevam substancialmente à proporção para 66,5%, superior portanto às verificadas anteriormente.

Ressalte-se que essas variações são devidas ao comportamento verificado no item "Outras Transferências", pois a posição do Fundo de Participação dos Estados se mantém nos anos de execução e apresenta-se levemente crescente nos anos de previsão.

Ainda com referência às "Outras Transferências" é neces

sário observar que estas constituem a quase totalidade das Transferências, tendo em vista a diminuta participação do Fundo de Participação: de 59% em 1968 e 1969 as "Outras Transferências" passaram a participar com 55% na Receita Total de 1970. As estimativas apresentam-na com uma participação de 52%, em 1971 e de 64% em 1972.

As modificações estruturais ocorridas na composição das Transferências, podem ser visualizadas no gráfico abaixo <sup>1/</sup>:



<sup>1/</sup> Tabela DF- 2.3

O gráfico VIII apresentado no Anexo I volume 28, mostra a distribuição do total das Transferências entre os Estados e Regiões do País. Apesar de se apresentar decrescente, a Participação do Distrito Federal se evidencia inferior apenas à verificada para São Paulo.

O Gráfico IX apresentado no Anexo I do volume 28, mostra a distribuição dos Fundos de Participação e Especial entre os Estados e Regiões do País. Embora assumindo tendência ascendente à participação do Distrito Federal nestas Transferências da União se mantem no mais baixo nível.

O quadro abaixo apresenta a participação relativa do Distrito Federal no Total das Transferências e no Total dos Fundos:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferência (%):	16,2	14,6	13,8	10,1	10,4
Fundos (%):	0,8	0,6	0,9	1,1	1,1

## 2.2.5 Receitas em Termos "Per-Capita"

### 2.2.5.1. Receitas Próprias "Per-Capita"

As Receitas Próprias "Per-Capita" do Distrito Federal foram em 1968 superiores às Receitas Próprias dos demais Estados, alcançando a cifra de Cr\$ 583,95 Cr\$/hab., ou seja 277,6% da média nacional.

O elevado crescimento da sua população (14,44% a.a. na década 1960/70) e o declínio em valor absoluto de suas Receitas Próprias a partir de 1970, inclusive, levam à uma radical alteração nesta posição, pois já em 1969 os valores apurados para São Paulo e Guanabara superavam o pertinente ao Distrito Federal. Tal fato também se verifica em relação ao conjunto dos Estados do País, cujo indicador segundo as estimativas de 1972, deverá ser cerca de 3,0% mais elevado.

Com referência a Região Centro-Oeste, tem-se que em 1968 as Receitas Próprias "Per-Capita" do Distrito Federal, equivaliam à 491% da média regional. Em 1972, este indicador está estimado em apenas 199% da média regional de 138,56 Cr\$/habitante. Espera-se assim uma substancial diminuição à disponibilidade de recursos próprios em termos "per-capita". O Gráfico X, apresentado no Anexo I do Volume 28, mostra as Receitas Próprias "per-capita" dos Es

tados e da Região Centro-Oeste. Observa-se facilmente para o Distrito Federal o comportamento acima descrito.

### 2.2.5.2 Transferências "Per-Capita"

As Transferências "Per-Capita" em termos reais, recebidas pelo Distrito Federal mantem-se substancialmente superiores às calculadas para a Região Centro-Oeste e para o Total dos Estados, apesar do seu elevado crescimento populacional observado no período <sup>1/</sup>.

Em 1968, as Transferências "per-capita" calculadas para o conjunto dos Estados representava apenas 2,9% valor apurado para o Distrito Federal. Em 1972, essa proporção deverá situar-se em torno de 6,8%.

Esta tendência também é observada em relação a Região Centro-Oeste; pois em 1968, as Transferências "per-capita" eram de 908,53 Cr\$/habitante, ou 913% da média regional de 99,55 Cr\$ / habitante. Em 1972, as Transferências "per-capita" estão estimadas em 547,64 Cr\$/habitante, ou 523% da média regional 104,70Cr\$/habitante, estimando-se assim uma diminuição relativa da superioridade do Distrito Federal.

O Gráfico XI, apresentado no Anexo I do volume 28, mostra as Transferências "per-capita" recebidas pelo Distrito Federal comparadas às da Região Centro-Oeste e às do Total dos Estados.

A evolução comparada das Receitas Próprias e das Transferências mostra que, à exceção das estimativas para 1972 quando há uma substancial reversão de tendência na evolução das Transferências, as Receitas Próprias apresentam-se mais dinâmicas que as Transferências, como pode ser observado nos quadros abaixo em números índices:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receitas Próprias (%):	100	111	112	108	81
Transferências (%):	100	107	92	81	103

1/ Tabela BR- 2.3

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do ítem Despesa será efetuada segundo:

- as Categorias Econômicas;
- as Funções.

#### 3.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico XII apresentado no Anexo I do Volume 28, mostra a composição das Despesas dos Estados da Região Centro-Oeste, segundo as Categorias Econômicas. O Distrito Federal em 1968, era a unidade com menor proporção de gastos correntes <sup>1/</sup>. Já em 1972, deverá ter uma proporção de gastos correntes muito elevada, situando-o na Região com maior proporção destes gastos, havendo, pois, uma radical alteração de posição relativa do Distrito Federal no contexto regional.

##### 3.1.1 Evolução em Termos Reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, mostrou-se pouco significativo no sub-período 1968/70, taxa de 6,2% a.a. No sub-período 1971/72, as estimativas implicam em uma taxa de crescimento mais modesta, da ordem de 1,4% a.a.

O comportamento verificado para as Despesas Correntes no primeiro sub-período resultou do crescimento verificado tanto para as Despesas com Pessoal (7,1% a.a.) como para as "Outras Despesas Correntes" (5,7% a.a.)

A estimativa do comportamento para o segundo sub-período decorre das previsões de evolução declinante para as Despesas com Pessoal (-3,4% a.a.) e do menor crescimento das "Outras Despesas Correntes" (+4,1% a.a.). Contudo é necessário observar que as Outras Despesas Correntes tem mais influência que as Despesas com Pessoal no comportamento da evolução das Despesas Correntes, já que constituem 64% destas, enquanto que as Despesas com Pessoal, correspondem a apenas 36% das Despesas Correntes.

As Despesas de Capital apresentam uma evolução regularmente declinante: no sub-período 1968/70 a uma taxa de -13,9% a.a. e no sub-período 1970/72 (estimativas dos Orçamentos) a uma taxa de -16,9% a.a.

O quadro abaixo ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital.

ANO \ DESPESA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	111	87
1970	113	74
1971	106	58
1972	116	51

O Gráfico XII apresentado no Anexo I do volume 28, mostra a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região <sup>1/</sup>.

O Distrito Federal detém a menor proporção de Gastos com Pessoal em relação a Despesa Total nos exercícios de 1968 e 1970, dentre as Unidades da Região Centro-Oeste. Sendo que em 1968 foi a unidade da Federação com menor proporção de Gastos com Pessoal. As estimativas para 1972 são de modo a elevar a proporção de Gastos com Pessoal a nível superior à proporção média regional.

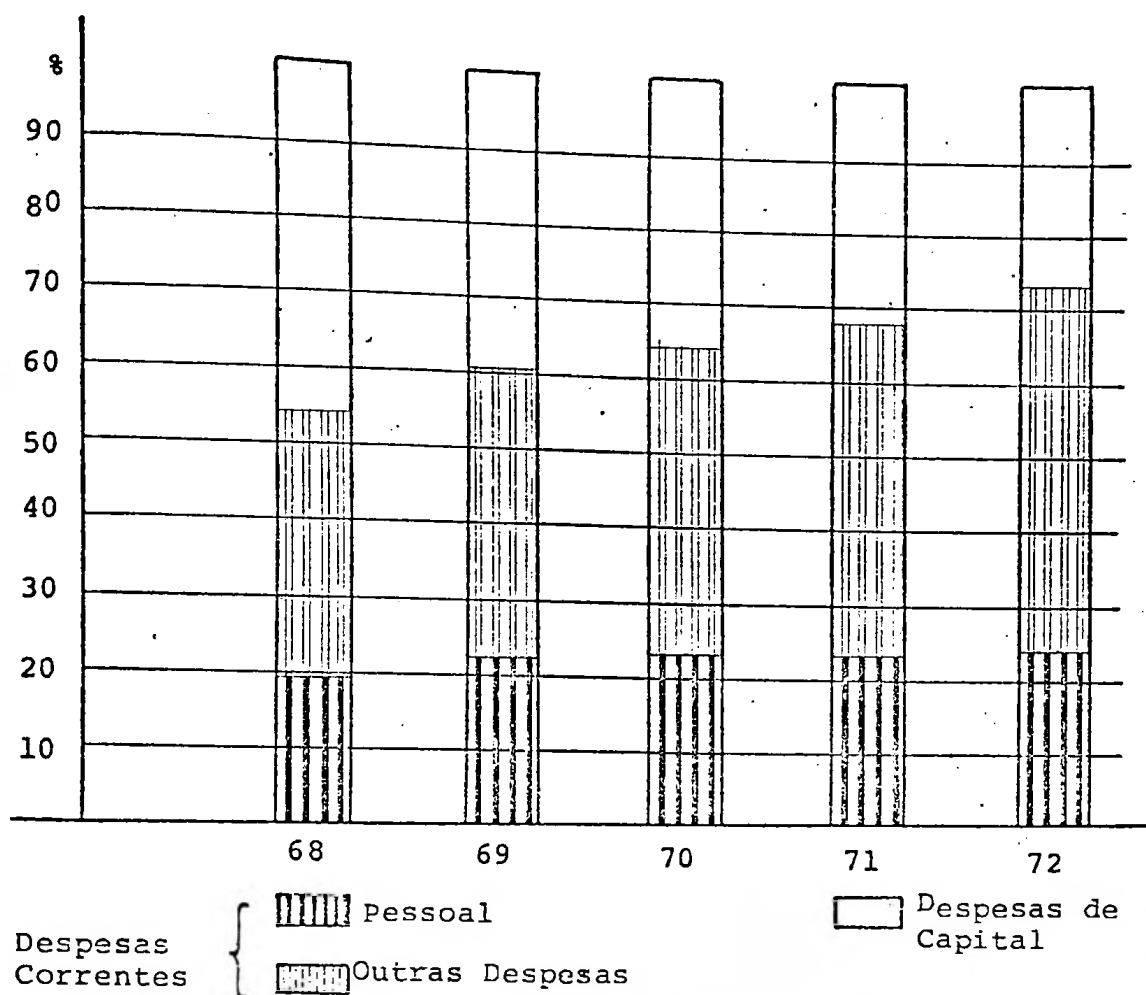
### 3.1.2 A Composição Percentual da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

O descompasso no ritmo de crescimento entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes determinou uma mudança na composição do Total das Despesas, com um sensível aumento da posição das Despesas Correntes, como evidencia o gráfico seguinte: <sup>2/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela BR- 3.4

<sup>2/</sup> Tabela DF- 3.1





### 3.1.3 Despesas com Pessoal e Capital em Termos "Per-Capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita", em termos reais, mostram-se em contínuo declínio, passando de 314,78 Cr\$/habitante em 1968, para 197,12 Cr\$/habitante em 1972. Estes valores representam, respectivamente 485% e 335% dos valores consignados para o conjunto dos Estados da Região Centro-Oeste naqueles anos. Ou seja, que a estrutura administrativa do Governo do D.F. está decrescendo tanto em termos absolutos como em termos comparativos à Região. Mas observa-se que os Estados do Mato Grosso e Goiás também estão diminuindo o custo "per-capita" de sua estrutura administrativa.

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, variam de 723,91 Cr\$/habitante para 216,68 Cr\$/habitante no período de 1968/72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Centro-Oeste passaram de 87,42 Cr\$/habitante para 90,41 Cr\$/habitante e em termos relativos os valores

para o Distrito Federal representam, respectivamente, 828% e 240% dos valores para a Região <sup>1/</sup>. Ressalte-se que o montante estimado de Despesas de Capital "per-capita" para 1972 corresponde a apenas 30% do observado em 1968, representando um substancial declínio da capacidade de investir do Governo do Distrito Federal.

### 3.2 Despesas por Funções

Os Setores Governo, Administração Geral e Financeira, Viação e Comunicação e Educação e Cultura, respondem no conjunto, em média, por mais de 43% do Total de Despesas. O quadro abaixo apresenta a participação relativa no Total de Despesas, desses setores em conjunto e sua posição individual <sup>2/</sup>.

#### DESPESA SEGUNDO AS PRINCIPAIS FUNÇÕES

(Despesa Total = 100%)

ANO \ SETORES	GOVERNO ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA	VIAÇÃO TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA	TOTAL
1968	18,8	5,4	12,7	36,9
1969	19,3	3,1	17,5	39,9
1970	22,2	5,1	17,8	45,1
1971	24,5	2,9	18,6	46,0
1972	19,9	4,3	21,3	45,5

Observe-se que a proporção destes gastos crescem sistematicamente, em decorrência, nos anos de execução orçamentária, do desempenho das funções Governo, principalmente Educação e, nos anos de previsão, do crescimento estimado para as funções Viação e Educação, em que pese o pequeno declínio verificado em 1972.

#### 4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

##### 4.1. Equilíbrio Orçamentário

##### 4.1.1 Saldo Orçamentário <sup>3/</sup>

O Distrito Federal apresenta o Saldo em Conta Corrente

<sup>1/</sup> Tabela DF-3.4 e BR- 3.2

<sup>2/</sup> Tabela DF-3.3

<sup>3/</sup> Saldo Orçamentário=Receita-Despesa (Tabela DF-4.1)

sempre positivo e o Saldo da Conta de Capital sempre negativo. Ou seja, que há poupança corrente para financiamento das Despesas de Capital. No entanto em 1968 e 1970, o Saldo em Conta Corrente foi inferior ao Saldo da Conta de capital, ocorrendo Deficit Orçamentário. Para 1969 foi observado Superavit Orçamentário, e o mesmo está previsto nas estimativas para 1971 e 1972.

#### 4.1.2 Saldo Orçamentário Efetivo

No período 1968/72 não houve Operações de Crédito, mantendo-se o Saldo Orçamentário Efetivo igual ao Saldo Orçamentário. O quadro a seguir especifica a proporção entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita <sup>1/</sup>:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (%)	-6,3	+2,1	-1,3	+2,1	+2,5

A evolução do Saldo Orçamentário Efetivo em termos relativos à Receita é favorável, apresentando uma melhoria nas finanças do Governo.

O comportamento do Saldo Orçamentário Efetivo do Distrito Federal é semelhante ao observado para a média regional <sup>2/</sup>. É o que pode ser concluído do quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/Receitas/Receita Total (Centro-Oeste) %	-5,9	+0,7	+0,4
Saldo Orçamentário Efetivo/Receita Total (DF) (%)	-6,3	-1,3	+2,5

O Gráfico XIV apresenta a relação entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita para os Estados da Região Centro-Oeste <sup>3/</sup>. Observa-se que o DF segue tendência geral da Região e conserva uma posição favorável entre as Unidades da Região Centro-Oeste.

#### 4.2 Financiamento das Despesas de Capital

O Saldo em Conta Corrente (SCC) medido em termos relati

<sup>1/</sup> Sinal (-) corresponde a Deficit e sinal (+) a Superavit  
<sup>2/</sup> Tabela BR- 4.1 (Anexo 1a.parte)  
<sup>3/</sup> Tabela DF- 4.2 (Anexo I, Capítulo I)

vos à Receita Total (RT) apresenta uma medida da poupança do Governo.<sup>1/</sup> A relação SCC/RT para o Distrito Federal apresenta uma tendência declinante em todo o período, como pode ser observado no quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
(SCC/RT) (100,0)	+26,3	+20,5	+19,7	+15,3	+11,9

A média observada no sub-período 1968/70 foi de 22,1% de poupança corrente, enquanto as estimativas para 1971 e 1972 apresentaram uma média de 13,6% o que reforça a conclusão que a poupança corrente está declinando.

A relação entre o Saldo em Conta Corrente e as Despesas de Capital (DK) se mantém razoavelmente estável no sub-período 1968/70 e as estimativas para 1971 e 1972 apresentam uma tendência declinante, como pode ser observado no quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
(SCC/DK) (100,0)	54,1	52,6	54,6	49,8	45,3

A outra fonte de recursos para o financiamento das Despesas de Capital é a Receita de Capital Efetiva (Receita de Capital menos Operações de Crédito). A relação entre Receita de Capital Efetiva e Despesas de Capital pode ser analisada no quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita de Capital Efetiva/ Despesas de Capital (%)	32,9	52,8	41,8	57,2	64,3

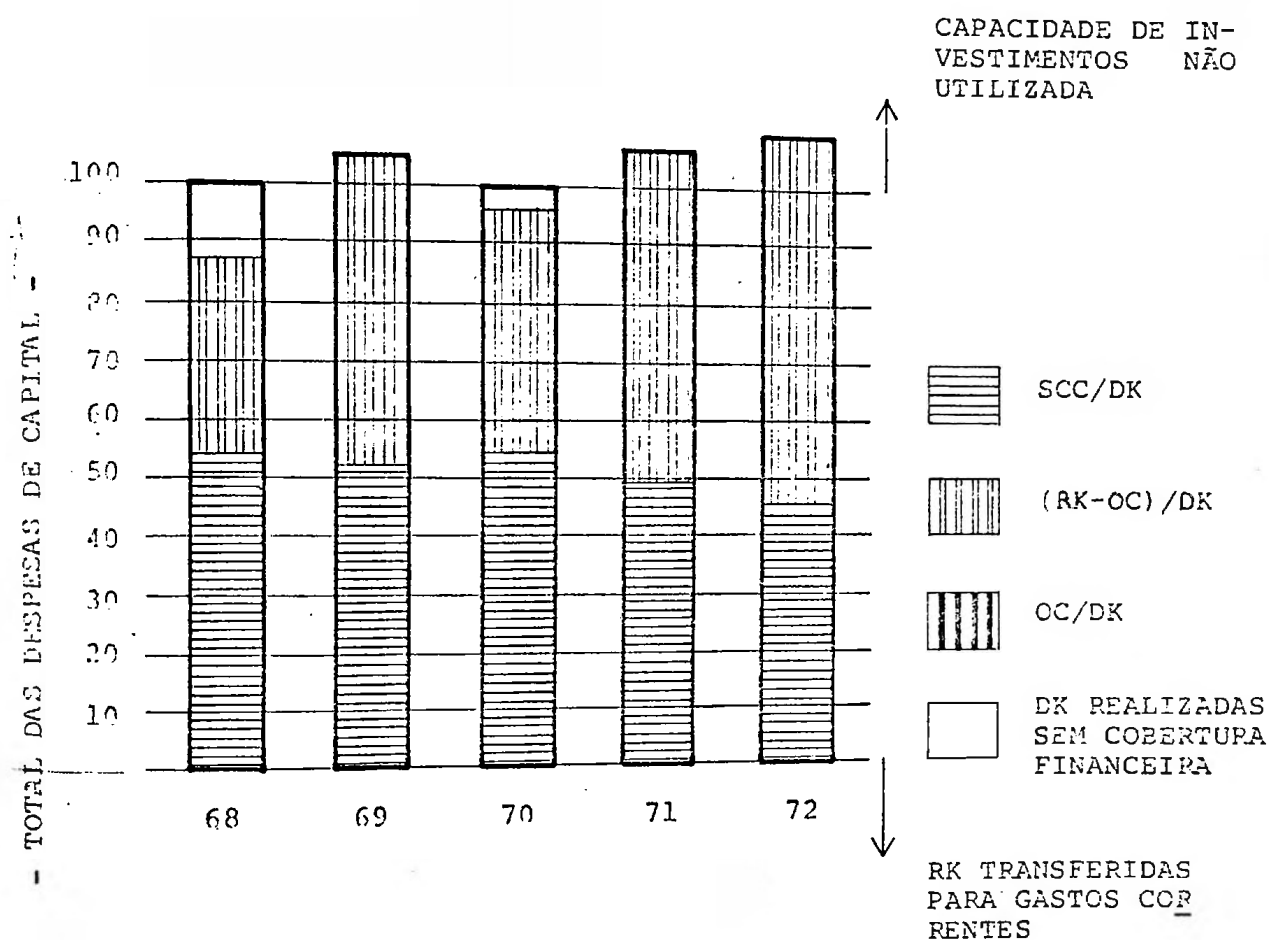
É facilmente constatável uma tendência ascendente na contribuição da Receita de Capital Efetiva no financiamento das Despesas de Capital.

Mas a Receita de Capital Efetiva corresponde às Transferências de Capital já que o Governo do Distrito Federal não realiza Operações de Crédito, ou apresenta outra fonte desses recursos. Deste modo, o quadro acima ao apresentar uma participação crescen

<sup>1/</sup> Média simples das percentagens apresentadas no quadro SCC/RT

te da Receita de Capital Efetiva no financiamento das Despesas de Capital, está evidenciando a elevação da dependência da capacidade de investir do Governo do DF nos recursos transferidos pelo Governo da União.

A participação das diversas variáveis de financiamento das Despesas de Capital são mostradas no gráfico abaixo:



## 5. O ENDIVIDAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

A Dívida do Distrito Federal é constituída basicamente (99%) pela Dívida Interna. A Dívida Externa é de pouca expressão. E à Dívida Flutuante corresponde uma participação média de 95% na Dívida Total. Ou seja, o endividamento do DF é representado por sua Dívida Flutuante.

Mas a Dívida do Distrito Federal é de pequena proporção e não apresenta uma evolução crescente, se analisada em termos relativos à Receita. É o que pode ser observado no quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita (%) .	22,8	16,1	20,9
Dívida/Receitas Próprias (%) .	58,4	40,4	47,5

Também o Serviço da Dívida, (Amortizações e Juros) apresenta-se em níveis bastantes baixos, tanto em termos absolutos, como em relação a Receita, não representando pois, uma limitação de capacidade de investir do Distrito Federal.

O gráfico XVI, apresentado no Anexo I, volume 28, apresenta a Dívida em relação à Receita dos Estados da Região, da Região Centro-Oeste, e do Conjunto dos Estados do País. O Distrito Federal apresenta uma relação Dívida/Receita inferior à relação média para a Região Centro-Oeste, e bastante inferior à relação média para o conjunto dos Estados.

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### DISTRITO FEDERAL.

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Distrito Federal - planejamento e orçamento, experiência do Distrito Federal." Brasília, 15 a 17/12/1971. 10 f.
2. Lei nº 5.641, de 03 de dezembro de 1970. Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1971. Diário Oficial, Brasília, 07 de dezembro de 1971.
3. Lei nº 5.738, de 24 de novembro de 1971. Aprova o orçamento plurianual de investimentos do Distrito Federal - triênio 1972/1974. Diário Oficial, Brasília, 08 de dezembro de 1971.
4. Lei nº 5.775, de 27 de dezembro de 1971. Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1972. Diário Oficial, Brasília, 28 de dezembro de 1971.
5. Diagnóstico do espaço natural, do Distrito Federal. CODEPLAN, Brasília, 1970. 388 p.
6. Plano de desenvolvimento integrado para o Distrito Federal , 1971/1973. CODEPLAN, Brasília, 1970. 500 p.
7. Balanços de 1969. Secretaria de Finanças - Coordenação do Sistema de Contabilidade. Brasília, abril de 1970. 149 p.
8. Balanços de 1970. Secretaria de Finanças - Coordenação do Sistema de Contabilidade. Brasília, abril de 1971. 133 p.
9. Revista de Finanças Públicas. Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.



E - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

## - O PLANEJAMENTO NO DISTRITO FEDERAL

### 1 - ANTECEDENTES

A construção de Brasília, atraindo contingentes populacionais com aspirações de vida mais elevada e a transferência da Capital Federal para uma região praticamente despovoada e sem infra-estrutura, foram ocorrências de profunda significação nacional, que passariam a exigir um formidável esforço contingencial, porque não foram precedidas de planejamento, de médio e longo prazos.

A meta era a mudança da capital. As ações limitavam-se ao planejamento físico, basicamente concentrado na implantação do Plano-Piloto de Brasília, deixando-se assim, para mais tarde, a fixação das diretrizes sócio-econômicas.

Com a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, nasceu o sistema de Planejamento do Distrito Federal.

A unidade básica da estrutura administrativa - A Secretaria do Governo - realizou então a primeira tentativa de integração das atividades de planejamento dos diversos órgãos da "Prefeitura do Distrito Federal", através da Assessoria de Estudos e Planos.

Em fins de 1967 inicia a CODEPLAN (Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central) suas atividades no campo do planejamento econômico, com a elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos 1968/1971, acompanhado de uma análise de ação do governo local, consubstanciada no "Diagnóstico da Esfera Pública do Distrito Federal".

1.2 a 1.5 - A primeira tentativa de planejamento global, desenvolvida pelo Distrito Federal, efetivou-se na elaboração do "I Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal", para o período 1971/73.

## 2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

2.1 - O sistema de planejamento está constituído pelos seguintes órgãos: Conselho de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Governo - SEG, Secretaria de Finanças - SEF, e Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN. Além desses, funciona como elemento de apoio o Banco Regional de Brasília S.A.

2.2 - A Secretaria de Governo foi criada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Decreto "N" nº 410, de 31 de maio de 1965, estabelece a estrutura e define a competência básica dos órgãos da Secretaria de Governo.

O Decreto "N" nº 429, de 2 de agosto de 1965, aprova o Regimento da Secretaria de Governo, e dá outras providências.

A Secretaria de Finanças foi criada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Decreto "N" nº 467, de 13 de dezembro de 1965, aprova o Regimento da Secretaria de Finanças, e dá outras providências.

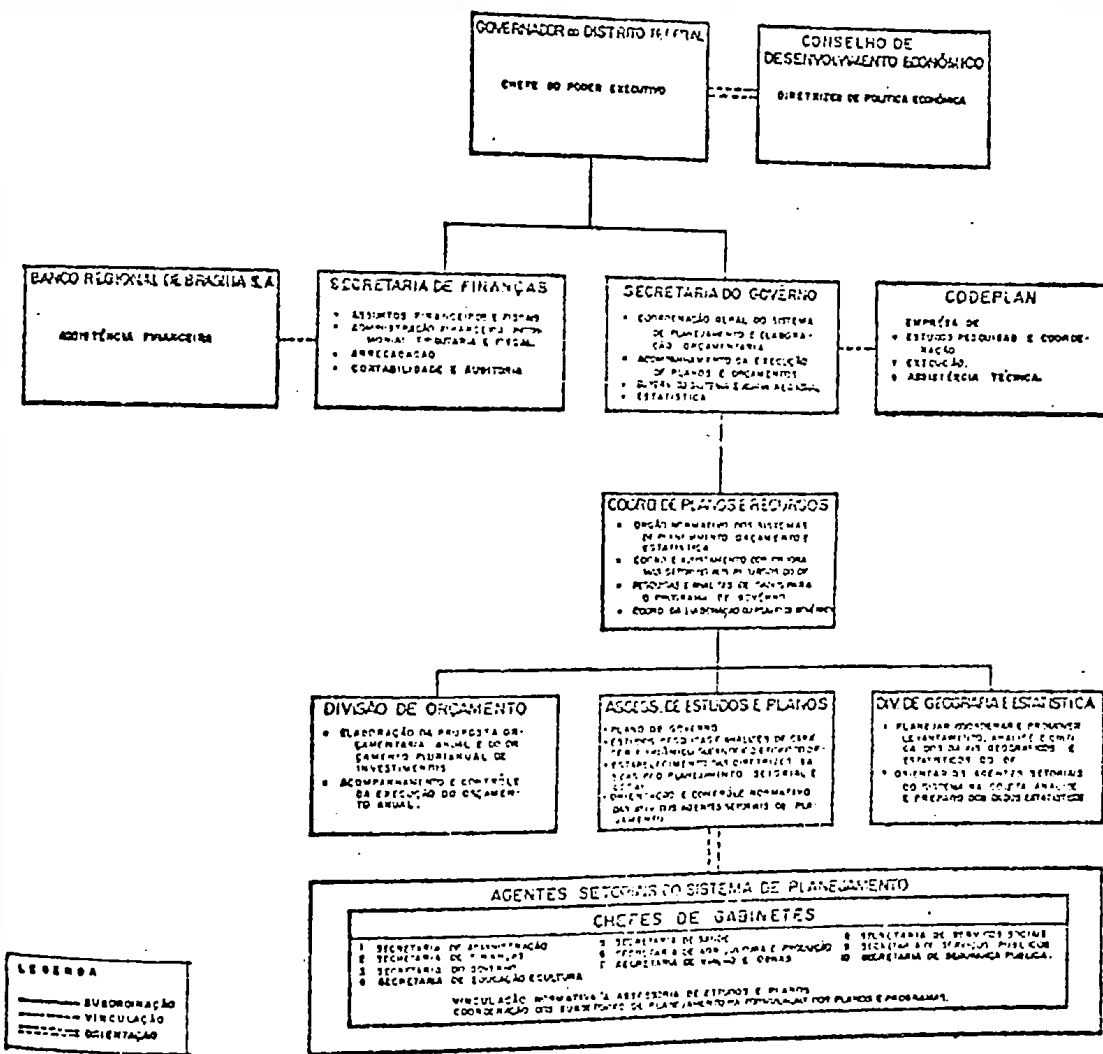
A CODEPLAN foi criada pela Lei nº 5.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Decreto nº 930, de 29 de janeiro de 1969, vincula, para efeito de controle e supervisão, a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, à Secretaria de Governo.

2.3 - Dos órgãos que integram o sistema de planejamento, tem-se:

- a) Conselho de Desenvolvimento Econômico - órgãos de deliberação coletiva, presidido pelo Governador do Distrito Federal.
- b) Secretaria de Governo - órgão da administração direta.
- c) Secretaria de Finanças - órgão da administração direta.
- d) CODEPLAN - Sociedade por ações, subscritas por órgãos do Distrito Federal.
- e) Banco Regional de Brasília S.A. - sociedade de economia mista.

# ESTRUTURA FUNCIONAL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO



### 3 - QUADRO ATUAL DE PLANEJAMENTO

#### 3.1 - Aspectos Básicos

##### 3.1.1 - Características do Plano

O I Plano de Desenvolvimento Integrado para o Distrito Federal apresenta, de forma coordenada, as ações a serem executadas pelos diversos componentes do contexto sócio-econômico do Distrito Federal no período de 1971/73.

Na Introdução, o Plano aborda três ordens de problemas que delimitam os aspectos básicos, do I Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal; são:

- a) O planejamento a nível regional e suas implicações.

A consolidação da Capital, dando ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região, define a característica básica do I Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal. - o planejamento não deve preocupar-se exclusivamente com a consolidação de Brasília, mas que tenha o ângulo de visão voltado também para o campo de influência da Nova Capital, para que as ações se integrem num todo harmônico e o País se beneficie da transferência da Capital para o Planalto.

Sob este aspecto o Plano pretende uma coordenação, tanto em relação aos órgãos regionais quanto aos federais de planejamento. Com respeito ao primeiro, as ações são orientadas pela filosofia vigorante para o desenvolvimento de região Centro-Oeste definida pela SUDECO. Quanto ao segundo, declara que a orientação provém basicamente do MINIPLAN (Metas e Bases para a Ação de Governo).

A seguir apresenta as limitações do planejamento a nível regional: Região Aberta, Sensibilidade aos Ciclos Econômicos, Limitação nos Instrumentos de Ação Econômica e Limitação nos Instrumentos de Ação Administrativa.

- b) O sistema sócio-econômico do D.F. e o planejamento.

Considerando o plano atual como uma primeira tentativa de visão global de planejamento para a área do Distrito Federal, e que com isto procura, através de uma administração planejada, melhores instrumentos para fazer frente ao desafio que se lhe apresenta: o incremento das solicitações de benefícios sociais, principalmente no campo da saúde, da educação, da habitação, etc., decorrentes do vigoroso polo de atração de migrantes que se constitui a Nova Capital.

c) Notas Metodológicas.

Sob este título são apresentados, em linhas gerais, os problemas metodológicos decorrentes da elaboração do I Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

O primeiro decorreu da carência de informações estatísticas sistemáticas. Para sanar este obstáculo foram efetuadas pesquisas de campo, naqueles setores onde a informação primária era essencial para a fundamentação da análise econômica.

Das conclusões dos diagnósticos foram extraídas as diretrizes globais que determinaram as prioridades setoriais. Essas diretrizes globais, discutidas ao nível de Secretarias, originaram linhas de ação definindo prioridades e políticas a nível setorial mais específico.

Os investimentos públicos previstos no Orçamento Plurianual de Investimentos (1971/73), foram compatibilizados com a orientação geral do Plano. Sob este aspecto o plano destaca que, apesar do período de vigência do OPI ter sido alterado por Decreto do Governo Federal, isto não invalida a programação dos investimentos públicos previstos para o período.

A quantificação dos investimentos programados pela área privada de economia, não pode ser totalmente mensurada, em decorrência das próprias características de sistema econômico, e que portanto, as aplicações previstas para os setores refletem em sua maior parte a atuação do Setor Público.

3.1.2 - O Diagnóstico contido no Plano de Desenvolvimento do DF consta de duas partes: uma que trata dos aspectos globais do sistema e outra dos aspectos setoriais.

3.1.2.1 - Nos aspectos globais o diagnóstico aborda:

a) Antecedentes históricos do atual Distrito Federal a transferência da sede do Governo Federal para o Planalto Central, teve como finalidade básica atender ao desejo secular de uma capital localizada no centro geográfico do País, e o de promover a interiorização do desenvolvimento.

b) Aspectos geográficos e urbanísticos - são descritas a localização do DF, sua geologia, hidrologia, climatologia, águas subterrâneas e fitogeografia.

c) Destinação atual das áreas do Distrito Federal - são apresentadas as localizações das áreas urbanas definidas pelo plano-piloto urbanístico e das áreas rurais.

d) Implicações econômicas decorrentes de ocupação do espaço físico - o projeto urbanístico de Brasília, uma cidade linear, que facilita sobremaneira o tráfego, mas que eleva em muito os gastos de infra-estruturas e que ainda determina sérias implicações econômicas envolvendo alguns setores. Basicamente transporte e saneamento, são os que causam maiores preocupações. Transporte, porque os custos, tanto das vias como dos meios, são diretamente proporcionais às distâncias, e saneamento, em que as reservas das fontes para o abastecimento d'água deve ser realizado com antecipação e previsão sempre bastante aumentada e ainda o problema da poluição ambiental, decorrentes tanto de localização de centros urbanos, como de indústrias.

e) Plano urbanístico da cidade de Brasília - no plano urbanístico da cidade de Brasília, procurou-se utilizar a técnica rodoviária à cidade, permitindo acessos fáceis, movimentação sem cruzamentos, tramas automáticas para o trânsito de pedestres.

É uma cidade-parque, buscando a interligação da natureza a cada passo da atividade humana. Prevê a implantação de uma civitas e não apenas uma urbs, com os atributos inerentes a uma Capital. Foi assim concebida em três escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária.

Busca ainda o Plano-Piloto reunir em cada uma das "áreas de vizinhança" (conjunto de 4 superquadras) as várias categorias econômicas, procurando assim evitar a estratificação da cidade em bairros ricos e pobres.

f) Alguns Problemas - tem havido alguns desvirtuamentos quanto ao desenvolvimento e às linhas básicas do conteúdo urbanístico do Plano-Piloto. Estas alterações devem-se a dois aspectos relevantes. O primeiro prende-se a fatos advindos da própria implantação do plano e são:

i - desenvolvimento das cidades-satélites antes da saturação do Plano-Piloto;

ii - impossibilidade prática da utilização do critério das áreas de vizinhança, permitindo a formação de bairros pobres e ricos;

iii - falta de planejamento adequado para o desenvolvimento harmônico da cidade, criando-se em consequência, um verdadeiro arquipélago humano;

iv - deturpação do sistema secundário de serviços.

O segundo aspecto diz respeito à não execução ou não dinamização de setores ou detalhes previstos no plano, e dele decorrem:



i - nas superquadras não tem havido a menor preocupação quanto à separação dos veículos com o trânsito de pedestres, e não foi ainda executada a faixa arborizada ao seu redor;

ii - a falta de construção de estacionamentos no subsolo;

iii - a não dinamização de alguns setores, como Diversões, Setor Esportivo e Cultural e as Unidades de Vizinhança.

Surgem ainda problemas decorrentes da inexistência de um planejamento para o desenvolvimento harmônico dos setores, obrigando a esfera pública a grandes esforços para dotar a cidade de seus serviços básicos, dada a condição orçamentária dos órgãos responsáveis, via de regra insuficientes para atender à demanda global.

g) Demografia - é abordado o problema do crescimento da população que tem apresentado nos últimos anos, taxa decrescente. São delineados ainda os fatores naturais de crescimento de população, assim como o crescimento migratório. É apresentada a distribuição da população em rural e urbana, a composição por sexo e grupos de idade, e ainda uma projeção do crescimento populacional até o ano de 1975.

h) Mão-de-Obra - a população economicamente ativa (PEA) está em torno de 30%, com uma taxa de desemprego da ordem de 7%. É dada a distribuição setorial da mão-de-obra, indicando as principais fontes empregadoras (predomina o setor público), assim como a remuneração setorial de mão-de-obra.

i) São apresentados em linhas gerais os problemas do Setor Público local, isto é, do próprio Distrito Federal. A análise não se estende ao Governo Federal.

j) Outros aspectos econômicos - neste item é feita a análise da distribuição de renda no DF, concluindo que essa distribuição não difere muito das verificadas nas grandes cidades brasileiras.

k) Análise da situação sócio-econômica do Distrito Federal - são apresentados os principais problemas de natureza sócio-econômica do DF:

- elevado crescimento demográfico;
- baixo índice de qualificação da maior parte da mão-de-obra migrante;
- Setores Público e de Construção Civil, como principais fontes de emprego;

- tes;
- Setores Agropecuário e Industrial bastante incipientes;
  - elevada evasão monetária;
  - inexistência de atividades que possam dinamizar a economia internamente;
  - "efeito demonstração" dos benefícios sociais, induzindo o deslocamento migratório para a Capital.

3.1.2.2 - Nos aspectos setoriais o diagnóstico apresenta 15 setores, a saber: Governo Local, Saúde, Saneamento, Educação, Habitação e Urbanismo, Transporte, Energia Elétrica, Comunicações, Agropecuária, Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio e Abastecimento, Instituições Financeiras e Serviços Diversos. É apresentada então a problemática de cada setor, de onde são delineados os objetivos setoriais do Plano.

3.1.3 - No que se refere às perspectivas de Planejamento, o Plano do Governo do Distrito Federal não apresenta qualquer formulação.

### 3.2 - Objetivos e Estratégia Geral

3.2.1 - A valorização do elemento humano constitui o objetivo principal para o qual se orienta toda a programação do Plano. Consoante essa diretriz procurar-se-á ampliar a oferta de emprego para a mão-de-obra menos qualificada, à medida que o Setor de Construção Civil decline suas atividades; e também a criação de novas áreas de atração populacional.

Diminuição da grande evasão de renda e aumento da receita própria do Governo Local, são também catalogados como objetivos globais.

3.2.2 - O Plano de Desenvolvimento Integrado não apresenta de maneira explícita uma estratégia global. Entretanto, em função dos objetivos globais, as ações a serem deflagradas obedecerão às seguintes orientações:

a) destinação de parte substancial dos recursos à satisfação das necessidades mais diretamente vinculadas ao bem-estar comum - saúde, educação e habitação;

b) incentivos à iniciativa privada para dinamizar sua atuação no contexto sócio-econômico do Distrito Federal;

c) conjuntamente com órgãos de planejamento da região, desenvolver outros polos ofertantes de ocupação, principalmente na agropecuária, mineração e beneficiamento de metais não ferrosos.

### 3.3 - Estratégia Setorial e Prioridades

3.3.1 - O Plano do Governo do DF, não apresenta de maneira explícita, a estratégia a ser adotada pelos vários setores.

No esquema de concepção do Plano, os setores são analisados de maneira global, apresentando os diagnósticos, os objetivos básicos, as metas fixadas, o programa de investimentos e os instrumentos para a consecução dos objetivos.

No item "Instrumentos para a Consecução dos Objetivos", são abordadas em forma de "Política Econômica e Administrativa", as estratégias setoriais, e que são apresentadas em anexo.

Serão abordados aqui, apenas os objetivos básicos de cada setor, e são:

#### 3.3.1.1 - Setor Governo Local

Para este setor o Plano não apresenta os objetivos básicos, apresenta apenas algumas medidas a serem adotadas, e que são:

- aumentar a arrecadação da receita própria através tanto da dinamização da produção local, como da melhoria do sistema arrecadador;
- melhorar a distribuição do pessoal lotado nos órgãos do setor Governo Local e nas demais entidades pertencentes ao Complexo Administrativo do GDF;
- melhorar a programação dos gastos públicos para evitar a ociosidade dos recursos;
- promover crescente racionalização dos serviços públicos, onde se fizer necessária, tendo em vista as diretrizes emanadas da Reforma Administrativa em vigor.

#### 3.3.1.2 - Setor Saúde

- Estender os serviços de saúde a todas as comunidades urbanas e áreas rurais do DF.
- Intensificar os programas de imunização e atenção materno-infantil.
- Ampliar o combate às enfermidades transmissíveis, principalmente as passíveis de erradicação.
- Estender os serviços de saneamento básico à zona rural e a outras áreas não dotadas desses benefícios.
- Fortalecer os programas de nutrição, em particular os dirigidos à criança em idade pré-escolar, à gestante e à lactente.

### 3.3.1.3 - Saneamento

Dotar o Distrito Federal de condições de abastecimento d'água e sistema de esgotos sanitários compatíveis com as necessidades mínimas da população.

### 3.3.1.4 - Educação

A nível primário, elevar o atendimento da população da faixa de 7 a 11 anos, cujo nível atual de escolarização está em torno de 72%; e também elevar a produtividade do sistema e da qualidade do ensino, de forma a reduzir os desperdícios representados principalmente pela reprovação, evasão e repetência.

A nível médio, tem-se:

- elevação da capacidade de atendimento do sistema, de modo a cobrir os aumentos de demanda originários da expansão da escolarização primária e do movimento migratório, para que o sistema ofereça maiores oportunidades de acesso à educação de grau médio;

- melhoria das condições do trabalho docente, representada por adequação satisfatória do equipamento e das instalações disponíveis;

- elevação do nível da qualificação profissional do pessoal docente e técnico, visando a melhoria do rendimento escolar.

### 3.3.1.5 - Habitação e Urbanização

#### a) Habitação

Atendimento à seguinte demanda habitacional:

- 28,4% das famílias com renda bruta mensal entre Cr\$ 144,00 a Cr\$ 430,00 (preços de 1968)

- 33,9% das famílias com renda bruta mensal entre Cr\$ 431,00 a Cr\$ 1 146,00 (preços de 1968)

- 100% das famílias com renda bruta mensal acima de Cr\$ 1 146,00 (preços de 1968).

#### b) Urbanização

Dotar o Distrito Federal dos elementos urbanos-paisagísticos necessários ao uso, conforto, recreação, proteção e segurança da população, com a implantação de diversas obras de urbanização das áreas comuns.

### 3.3.1.6 - Transporte

Dinamizar, dentro dos recursos disponíveis, toda a atividade ligada ao sistema de transporte do Distrito Federal, com vistas a atender no momento e acompanhar de perto, as modificações dos padrões locais da atividade econômica.

### 3.3.1.7 - Energia Elétrica

Dinamizar os sistemas de produção, transmissão e distribuição, bem como consolidar a estrutura administrativa do setor, a fim de imprimir ao setor um ritmo de crescimento que seja capaz de atender à expansão do mercado de energia elétrica do DF.

### 3.3.1.8 - Comunicações

Integração dos núcleos populacionais do Distrito Federal entre si, com o resto do País e o exterior, por meio dos mais modernos sistemas de comunicações disponíveis no mercado.

### 3.3.1.9 - Agropecuária

- Aumento da produção agropecuária a fim de proporcionar ao rural, excedentes de renda que conduzam à melhor satisfação de suas necessidades.

### 3.3.1.10 - Indústria de Transformação

- Aumento da Produção Industrial do DF, visando à substituição de importação de alguns produtos passíveis de produção local;

- Aproveitamento de matérias-primas locais, principalmente pelas indústrias de Produtos Alimentícios e Material de Construção;

- Acréscimo na absorção de mão-de-obra pelo setor.

### 3.3.1.11 - Construção Civil

Possibilitar que as indústrias de construção civil possam, através de suas atividades, atender a demanda de obra dos demais setores.

### 3.3.1.12 - Comércio e Abastecimento

Dotar o Distrito Federal de um sistema de abastecimento capaz de atender às crescentes necessidades de consumo de sua população.

### 3.3.1.13 - Turismo

Promover o turismo no Distrito Federal, através do aproveitamento das excepcionais condições oferecidas pela Capital Federal, e ao mesmo tempo, contribuir para a elevação do nível de emprego e da renda, no esforço do desenvolvimento regional.

### 3.3.1.14 - Instituições Financeiras

- Incrementar a formação de poupança familiar na região;
- Fomentar e amparar a formação e desenvolvimento dos setores primários e secundários, através de suprimento adequado do financiamento necessário à produção.

### 3.3.1.15 - Serviços Diversos

Para este setor não há explicitação dos objetivos básicos.

### 3.3.2 - Prioridades

O plano dá ênfase prioritária aos serviços de saúde, saneamento, habitação e urbanização, todos setores eminentemente sociais, os quais deverão absorver 60% dos dispêndios no triênio.

### 3.4 - Instrumentos

O plano não faz referência a instrumentos que seriam utilizados para a consecução dos objetivos globais. Explicitamente, há um item referente a "Instrumentos" para o alcance dos vários objetivos setoriais. Entretanto, pela natureza desses "Instrumentos", concluiu-se que seria mais apropriado classificá-los como estratégia setorial. E assim, estas são apresentadas em anexo.

Entretanto, na parte referente a controle, o documento apresentado para o Encontro de Secretários de Planejamento, faz menção a um sistema para a execução do Plano. Quando da introdução da Técnica de Orçamento-Programa no DF, um dos objetivos pretendidos era o acompanhamento e controle de execução dos projetos e oportuna reformulação dos respectivos programas.

Posteriormente foi introduzido o acompanhamento físico-financeiro, com a finalidade de descrever, analisar, e avaliar a execução dos projetos, e também obter um fluxo de informações que possibilitassem os reajustamentos da execução dos planos setoriais e globais do Governo.

### 3.5 - Programas e Projetos Prioritários

O Plano do Governo do DF, não faz qualquer referência sobre quais sejam os Programas e Projetos Prioritários.

Em anexo, apresenta-se uma síntese das principais realizações previstas, que permite formalizar uma idéia dos principais projetos propostos no I Plano de Desenvolvimento Integrado para o Distrito Federal.

### 3.6 - Esquema Financeiro do Plano

O esquema financeiro do Plano é apresentado setorialmente, onde as aplicações previstas são desdobradas em projetos. Para cada projeto é estabelecido um programa de aplicações para o período 1971/73, juntamente com a fonte de recursos para o financiamento do mesmo.

Não há no Plano de Governo do DF, referências explícitas, sobre fontes de recursos, modo de efetuar as estimativas desses recursos para o período 1971/73, problema referente a endividamento, e operações de crédito.

Para o período 1971/74 prevê-se uma aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 589 125 274,00, segundo a seguinte distribuição:

DESPESAS POR PROGRAMAS	TOTAL NO TRIÊNIO (Cr\$ 1,00)	%
Administração	131 950 744	22,40
Agropecuária	28 230 830	4,79
Assistência e Previdência	1 619 200	0,27
Defesa e Segurança	21 990 000	3,73
Educação	43 785 800	7,43
Energia	12 325 000	2,09
Habituação e Planejamento Urbano	213 020 000	36,16
Saúde e Saneamento	96 297 600	16,35
Transportes	39 906 100	6,78
<b>TOTAL</b>	<b>589 125 274</b>	<b>100,00</b>

#### 4- SÍNTESE DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES PREVISTAS

##### 1 - ASPECTOS INSTITUCIONAIS

- Aumentar a arrecadação da receita própria através tanto da dinamização da produção local, como da melhoria do sistema arrecadador;
- Melhorar a distribuição do pessoal lotado nos órgãos do Setor Governo Local e nas demais entidades pertencentes ao Complexo Administrativo do GDF;
- Melhor programação dos gastos públicos para evitar a ociosidade dos recursos;
- Promover crescente racionalização dos serviços públicos, onde se fizer necessária, tendo em vista as diretrizes emanadas da Reforma Administrativa em vigor.

##### 2 - ASPECTOS SOCIAIS

Destacam-se sob este aspecto:

###### 2.1 - Saúde

- Aumentar 2,5 vezes, até 1973, a capacidade instalada para hospitalização e atendimento ambulatorial;
- Triplicar a capacidade instalada para hospitalização de doentes mentais;
- Construção do Hospital Psiquiátrico e do Laboratório Central;
- Imunizar contra varíola, 100% dos nascidos vivos e vacinar pelo BCG 90% dos mesmos.

###### 2.2 - Saneamento

###### 2.2.1 - Abastecimento de água potável

- Construção da Barragem do Sistema Rio Descoberto (Gama, Taguatinga, Plano-Piloto);
- Ampliação dos seguintes sistemas:
  - Cabeça do Veado (SHI/Sul);



- Ponte de Terra (Gama);
- Bananal (SHI/Norte);
- Contagem-Paranoazinho (Sobradinho);
- Vicente Pires (Núcleo Bandeirante);
- Corguinho (Planaltina).
- Construção do Centro de Pesquisas Sanitárias;
- Elaboração de Estudos e Projetos do Sistema São Bartolomeu.

#### 2.2.2 - Esgotos Sanitários

- Instalação de esgotos sanitários no Plano-Piloto, SHI/Sul, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Sobradinho, Gama e Planaltina;
- Construção da Estação de Tratamento de Esgotos de Taguatinga;
- Construção da Estação de Recalque do Núcleo Bandeirante;
- Construção de Lagoas de Estabilização em Taguatinga, Brazlândia, Gama e Planaltina.

#### 2.2.3 - Limpeza Urbana

- Reequipamento da frota do Serviço de Limpeza Urbana;
- Duplicação da capacidade da Usina de Tratamento de Lixo;
- Desenvolvimento de Estudos Relativos à Localização e Construção da Usina de Incineração de Lixo.

### 2.3 - Educação

- Construção de novos prédios e ampliação de unidades existentes, adicionando-se cerca de 300 salas da rede primária oficial;
- Construção de 12 novos estabelecimentos para atender expansão do ensino médio oficial;
- Elevação do nível de qualificação profissional do pessoal docente e técnico;
- Melhora das condições de trabalho do Corpo docente e discente.

### 2.4 - Habitação e Urbanização

#### 2.4.1 - Habitação

- Atendimento da seguinte demanda habitacional:

- 28,4% das famílias com renda bruta mensal entre Cr\$ 144,00 e Cr\$ 430,00<sup>(1)</sup>;
- 33,9% das famílias com renda bruta mensal entre Cr\$ 431,00 e Cr\$ 1 146,00<sup>(1)</sup>;
- 100% das famílias com renda bruta mensal acima de Cr\$1 416,00<sup>(1)</sup>;

#### 2.4.2 - Urbanização

- Dotar o DF dos elementos urbano-paisagísticos necessários ao uso, conforto, recreação, proteção e segurança da população, com a implantação das seguintes obras de urbanização em áreas comuns<sup>(2)</sup>:

- Terraplenagem	3 654 000 m <sup>3</sup>
- Pavimentação	1 819 000 m <sup>2</sup>
- Meios-fios	400 000 m
- Calçadas	502 000 m <sup>2</sup>
- Irrigação	196 000 m <sup>2</sup>
- Galerias e Redes de Esgotos Pluviais	230 000 m.

### 3 - ASPECTOS ECONÔMICOS

#### 3.1 - Transporte

##### 3.1.1 - Vias de Transporte

- Implantação ou ampliação das seguintes rodovias:

- BR-020	7 km
- EPCT	53 km
- DF-12	5 km
- DF-8	3 km
- DF-9/A	4,5 km
- DF-13	16 km.

---

(1) A preços de 1968.

(2) As quantidades foram arredondadas.

- Pavimentação das seguintes rodovias:

- BR-020	7 km
- DF-20	35 km
- DF-12	7 km
- DF-3	22 km
- DF-14	12 km
- DF-17	18 km
- DF-8	13 km
- DF-6	54 km
- EPCT	40 km.

- Execução de obras de arte especiais nas seguintes rodovias:

- BR-020	- Córrego Sobradinho	- 30 m
- DF-6	- Rio Preto	- 65 m
- DF-3	- Ribeirão das Pedras	- 40 m
- DF-8	- Rio Descoberto	- 60 m
- DF-14	- Ribeirão Samambaia	- 35 m
- DF-21	- Ribeirão Jacaré	- 35 m
- DF-2	- Ribeirão Urbano	- 40 m
- DF-2	- Córrego Água Quente	- 30 m
- DF-2	- Córrego Ribeirão	- 25 m
- DF-1	- Ribeirão Samambaia	- 30 m
- DF-1	- Ribeirão-Buriti-Tiçãõ	- 35 m
- DF-6	- Rio S. Bartolomeu	- 21 m
- DF-21	- Ribeirão Extrema	- 35 m
- DF-21	- Ribeirão Estreito	- 30 m
- DF-21	- Ribeirão Jardim	- 30 m

- Obra Especial: conclusão das obras do Aeroporto Internacional de Brasília.

3.1.2 - Meios de Transporte

- Ônibus Urbanos: acréscimo da frota num total de 332 unidades<sup>(1)</sup>.

3.2 - Energia Elétrica

3.2.1 - Sistema de Geração

- Aumento das disponibilidades do sistema;

(1) Não inclui eventuais reposições.

- Interligação do Distrito Federal ao sistema da região Centro-Sul (duas linhas de transmissão de 345 kv) - Cr\$ 134 000 000,00;  
No triênio: Cr\$ 72 000 000,00.

### 3.2.2 - Sistema de Transformação e Transmissão

- Construção de subestações abaixadoras:
  - Norte Cr\$ 4 500 000,00
  - Taguatinga/Catetinho Cr\$ 7 500 000,00
  - Núcleo Bandeirante/  
Guará/Mansões Suburbanas Cr\$ 1 000 000,00
  - Asa Norte Cr\$ 4 000 000,00
- Ampliação de Linhas de Transmissão: Cr\$ 7 110 000,00.

### 3.2.3 - Sistema de Distribuição

- Ampliação das redes de distribuição: Cr\$ 3 500 000,00;
- Ampliação da Iluminação Pública: Cr\$ 14 117 000,00.

## 3.3 - Comunicações

### 3.3.1 - No âmbito do Governo Federal

- Interligação de Brasília com a rede telefônica nacional em DDD (Discagem Direta a Distância);
- Entrada em serviço de 960 canais de microondas, na rota Belém-Brasília;
- Expansão do serviço de telex, com o acréscimo de 200 terminais, no DF.

### 3.3.2 - No âmbito do Governo do Distrito Federal

#### 3.3.2.1 - Serviços Interurbano

- Ligação de Brasília às seguintes cidades, através do sistema de rádio-enlace (96 canais):
  - Formosa;
  - Luziânia;
  - Cristalina;

- Paracatu;
- João Pinheiro.

### 3.3.2.2 - Serviço Urbano

- Ampliação do serviço telefônico:
  - Plano-Piloto            25 000 linhas
  - Taguatinga            5 000 linhas
  - Sobradinho            1 000 linhas
  - Outros núcleos  
urbanos            3 800 linhas
- Implantação do Serviço de Telefonia Móvel.

### 3.4 - Agropecuária

- Intensificar processo racional de substituição de importações através do aumento da produção local;
- Recuperação de solos;
- Reflorestamento de 750 ha de terras na faixa sanitária do DF;
- Levantamento de 1 500 km<sup>2</sup> de solos a nível de detalhamento;
- Ampliação do serviço de eletrificação rural de forma a atender mais 281 agricultores;
- Promoção de atividades ligadas a planejamento, pesquisa, experimentação, fomento e extensão rural do DF.

### 3.5 - Indústria de Transformação

- Aumentar o aproveitamento de matérias-primas locais;
- Incrementar a oferta de emprego pelas empresas locais;
- Estudo de Viabilidade para Implantação de um Distrito Industrial;
- Instalação de fábrica de cimento com produção diária de 1 000 toneladas: Cr\$ 58 000 000,00;
- Instalação de fábrica de cerveja e refrigerantes com capacidade para produzir 200 000 hectolitros de cerveja e 120 000 hectolitros de refrigerantes: Cr\$ 25 000 000,00;
- Outros projetos menores: Cr\$ 28 000 000,00.

### 3.6 - Construção Civil

- Criar condições para que as indústrias de construção civil possam, através de suas atividades, atender à demanda de obras dos demais setores.

- Produção prevista para o triênio: Cr\$ 1 452 milhões.

### 3.7 - Comércio e Abastecimento

- Construção da Central de Abastecimento de Brasília, cujos estudos preliminares, já realizados, prevêm a ocupação inicial de uma área de 180 000 m<sup>2</sup>. Cr\$ 15 milhões.

### 3.8 - Turismo

- Promover o turismo no DF, através do aproveitamento das excepcionais condições oferecidas pela Capital Federal.

### 3.9 - Instituições Financeiras

- Incrementar a formação de poupança familiar na região, através da adequação de instrumentos sócio-econômico-institucionais;

- Estudo de viabilidade para implantação da Bolsa de Valores do DF.

## 4 - OUTROS ASPECTOS

- Transferência das invasões e fixação definitiva de sua população;

- Desenvolvimento das etapas do "Plano de Aperfeiçoamento da Organização e Funcionamento da Administração do Distrito Federal - PLANORG";

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
Cr\$ milhões correntes

DF
1.1

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	267,9	84,1	50,8	15,9	318,7	100,0	184,2	54,4	154,6	45,6	338,8	100,0
1 9 6 9	331,5	79,4	85,9	20,6	417,4	100,0	245,8	60,2	162,6	39,8	408,4	100,0
1 9 7 0	390,7	85,0	69,2	15,0	459,9	100,0	300,2	64,4	165,7	35,6	465,9	100,0
1 9 7 1	420,6	82,5	89,2	17,5	509,8	100,0	342,8	68,7	156,1	31,3	498,9	100,0
1 9 7 2	489,2	83,1	99,8	16,9	589,0	100,0	418,9	73,0	155,1	27,0	574,0	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	82,8	-	17,2	-	100,0	-	64,1	-	35,9	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (\*) - Média simples

(\*\*) - Não inclui as reservas de contingência: 1971 - 11,0 milhões de cruzeiros  
1972 - 15,0 milhões de cruzeiros



RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972\*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	525,3	99,6	624,9	361,2	303,1	664,3
1 9 6 9	539,0	139,7	678,7	399,7	264,4	664,1
1 9 7 0	530,1	93,9	624,0	407,3	224,8	632,1
1 9 7 1	470,5	99,8	570,3	383,4	174,6	558,0
1 9 7 2	489,2	99,8	589,0	418,9	155,1	574,0

FONTE: Tabela 1.1

(\*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

ANO	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1968	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1969	103	+ 2,6	140	+ 40,3	109	+ 9,6	111	+ 10,7	87	- 15,0	100	0,0
1970	101	- 1,7	94	- 32,8	100	- 8,1	113	+ 1,9	74	- 14,9	95	- 4,8
1971	90	- 11,2	100	+ 6,3	91	- 8,6	106	- 6,9	58	- 22,3	84	- 11,7
1972	93	+ 3,3	100	0,0	94	+ 3,3	116	+ 9,3	51	- 12,2	86	+ 2,9

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		C A P I T A L		T O T A L					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
1968	318,7	100,0	112,7	35,3	-	-	12,0	3,8	124,7	39,1	143,5	45,0	50,5	15,9	194,0	60,9				
1969	417,4	100,0	149,3	35,8	-	-	17,2	4,1	166,5	39,9	165,1	39,6	85,8	20,5	250,9	60,1				
1970	459,9	100,0	174,3	37,9	-	-	28,1	6,1	202,4	44,0	188,4	41,0	69,1	15,0	257,5	56,0				
1971	509,6	100,0	204,0	40,0	-	-	31,4	6,2	235,4	46,2	185,3	36,3	89,1	17,5	274,4	53,8				
1972	589,0	100,0	157,1	26,7	-	-	39,9	6,7	197,0	35,4	292,5	49,7	99,5	16,9	392,0	66,6				
MÉDIA (*) 68/72	-	100,0	-	35,1	-	-	-	5,4	-	40,9	-	42,3	-	17,2	-	59,5				

Fonte: Veja termos de referência do trabalho.

Nota: (\*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972\*

N O	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I Ç M		O P E R A Ç Õ E S D E C R Ê D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		C A P I T A L		T O T A L					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
68	624,9	-	221,0	-	-	-	23,5	-	244,5	-	261,4	-	99,0	-	380,4	-				
69	678,7	+8,6	242,8	+9,9	-	-	27,9	+18,7	270,7	+10,7	268,5	-4,6	139,5	-40,9	408,0	+7,3				
70	624,0	-8,1	236,5	-2,6	-	-	38,1	+36,6	274,6	+1,4	255,6	-4,8	93,8	-32,8	349,4	-14,4				
71	570,3	-8,6	228,2	-3,5	-	-	35,1	-7,9	263,3	-4,1	207,3	-18,9	99,7	+6,3	307,0	-12,1				
72	589,0	3,3	157,1	-31,2	-	-	39,9	+13,7	197,0	-25,2	292,5	+41,0	99,5	-0,2	392,0	+7,7				

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (\*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SECUNIC A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTI- CIPAÇÃO DOS ES- TADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	4,9	1,5	-	-	4,9	1,5	189,1	59,4	194,0	60,9
1969	3,6	0,9	-	-	3,6	0,9	247,3	59,2	250,9	60,1
1970	7,0	1,5	-	-	7,0	1,5	250,5	54,5	257,5	56,0
1971	11,0	2,1	-	-	11,0	2,1	263,5	51,7	274,5	53,8
1972	13,7	2,3	-	-	13,7	2,3	378,3	64,2	392,0	66,5
MÉDIA (*) 68/72	-	1,7	-	-	-	1,7	-	57,8	-	59,5

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (\*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	1.492,48	-	583,95	-	908,53	-
1969	1.415,44	- 5,2	564,55	- 3,3	850,89	- 6,3
1970	1.142,86	-19,3	502,93	-10,9	639,93	- 24,8
1971	912,67	-20,1	421,63	-16,2	491,04	- 23,3
1972	822,86	- 9,8	275,22	-34,7	547,64	+ 11,5

FONTE: Tabela 2.2

(\*) - População - Veja termos de referência do trabalho

## DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

3.1

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S										TOTAL	
	C O R R E N T E S					C A P I T A L					VALOR	%
	P E S S O A L		O U T R A S		S U B - T O T A L		VALOR	%	VALOR	%		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%					VALOR	%
1968	67,2	19,8	116,9	34,5	164,1	54,3	154,7	45,7	338,8	100,0		
1969	91,8	22,5	154,0	37,7	245,8	60,2	162,6	39,8	408,4	100,0		
1970	111,4	23,9	188,8	40,5	300,2	64,4	165,7	35,6	465,9	100,0		
1971	119,4	23,9	223,4	44,8	342,8	68,7	156,1	31,3	498,9 (*)	100,0		
1972	141,1	24,6	277,8	48,4	418,9	73,0	155,1	27,0	574,0 (*)	100,0		
MÉDIA * 68/72	-	22,9	-	41,2	-	64,1	-	35,9	-	100,0		

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DESPESA

DEMONSTRATIVOS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (\*)

A N O	D E S P E S A S					C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S		I N V E S T I M E N T O S		S U B - T O T A L		
	P E S S O A L	O U T R A S					
1968	131,8	229,2			361,0	303,3	664,3
1969	149,3	250,4			399,7	264,4	664,1
1970	151,1	256,2			407,3	224,8	632,1
1971	133,5	249,9			383,4	174,6	558,0
1972	141,1	277,8			418,9	155,1	574,0

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.



DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

ANO	FUNÇÃO												TOTAL					
	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		VALOR	%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
1968	63,7	18,8	22,0	6,5	18,2	5,4	1,3	0,4	42,9	12,7	40,5	11,9	137,1	40,5	13,1	3,8	338,8	100,
1969	78,7	19,3	24,5	6,0	12,6	3,1	0,2	0,0	71,6	17,5	52,5	12,9	81,0	19,8	87,3	21,4	408,4	100,
1970	103,2	22,2	19,1	4,1	23,0	5,1	0,2	0,0	83,0	17,8	61,0	13,1	90,4	21,1	77,2	16,6	465,9	100,
1971	122,3	24,5	20,5	4,1	14,5	2,9	-	-	92,5	18,6	64,0	12,8	176,3	35,3	8,8	1,8	498,9	100,
1972	114,4	19,9	23,6	4,1	24,8	4,9	-	-	122,0	21,3	79,0	13,8	200,2	34,9	10,0	1,7	574,0	100,
MÉDIA (*)	-	20,9	-	5,0	-	4,2	-	0,1	-	17,6	-	12,9	-	30,3	-	9,1	-	100,

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

E CAPITAL EM TERMOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I,			C A P I T A L		
	VALOR	ÍNDICE	Δ %	VALOR	ÍNDICE	Δ %
1968	314,78	100	-	723,91	100	-
1969	311,37	99	- 1,1	551,41	76	- 23,8
1970	276,92	88	-11,1	411,72	57	- 25,3
1971	213,69	68	-22,8	279,27	39	- 32,2
1972	197,12	63	- 7,8	216,68	30	- 22,4

FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) FINANCEIRO (E = C - D)
1 9 6 8	+ 83,7	- 103,8	- 20,1	-	- 20,1
1 9 6 9	+ 85,6	- 76,7	+ 8,9	-	+ 8,9
1 9 7 0	+ 90,5	- 96,5	- 6,0	-	- 6,0
1 9 7 1	+ 77,8	- 66,9	+ 10,9	-	+ 10,9
1 9 7 2	+ 70,3	- 55,3	+ 15,0	-	+ 15,0

FONTE: Tabelas 1.1  
2.7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+)	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 26,3	+ 54,1	- 6,3	- 13,0
1 9 6 9	+ 20,5	+ 52,6	+ 2,1	+ 5,5
1 9 7 0	+ 19,7	+ 54,6	- 1,3	- 3,6
1 9 7 1	+ 15,3	+ 49,8	+ 2,1	+ 7,0
1 9 7 2	+ 11,9	+ 45,3	+ 2,5	+ 9,7
MÉDIA(*) 68/72	+ 18,7	+ 51,3	- 0,2	+ 1,1

FONTE: Tabelas 1.1  
4.1

NOTA: (\*) - Média simples

FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	(SO/DK) (-1)	(OC / DK)	T O T A L
1968	+54,1	32,9	+13,0	-	100,0
1969	+52,6	52,8	-5,4	-	100,0
1970	+54,6	41,8	+3,6	-	100,0
1971	+49,8	57,2	-7,0	-	100,0
1972	+45,3	64,3	-9,6	-	100,0
MÉDIA 68/72(*)	+51,3	49,8	-1,1	-	100,0

(\*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital  
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)  
 RK - Receitas de Capital  
 SO - Deficit (+) ou Superavit (-) Orçamentário  
 OC - Operações de Crédito

\* (SO/DK) (-1)

(+) Despesas de Capital Realizadas sem abertura financeira.  
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

FONTES: Tabelas 1.1  
 4.1

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	(C/DK) (-1)	(OC / DK)	TOTAL
1968	+54,1	32,9	+13,0	-	100,0
1969	+52,6	52,8	-5,4	-	100,0
1970	+54,6	41,8	+3,6	-	100,0
1971	+49,8	57,2	-7,0	-	100,0
1972	+45,3	64,3	-9,6	-	100,0
MÉDIA 68/72(*)	+51,3	49,8	-1,1	-	100,0

(\*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital  
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)  
 RK - Receitas de Capital  
 SO - Deficit (+) ou Superavit (-) Orçamentário  
 OC - Operações de Crédito

(+) Despesas de Capital Realizadas sem cobertura financeira.  
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

FONTES: Tabelas 1.1  
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)				
							(%)	(%)		
1 9 6 8	4,2	5,8	68,6	94,2	72,8	100,0	-	-	72,8	100,0
1 9 6 9	2,8	4,2	63,4	94,3	66,2	98,5	1,0	1,5	67,2	100,0
1 9 7 0	2,9	3,0	92,6	96,4	95,5	99,4	0,6	0,6	96,1	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	22,8	58,4	54,3
1 9 6 9	16,1	40,4	39,9
1 9 7 0	20,9	47,5	60,2

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4



AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç Õ E S T O T A I S E M R E L A Ç ã O A: (%)			
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	Despesas de Capital
1968	0,4	0,1	0,3	-	0,3
1969	3,0	0,7	1,8	-	1,9
1970	-	-	-	-	0,3
1971	0,4	1,0	0,2	-	0,3
1972	0,3	0,1	0,2	-	0,2
MÉDIA(*) 68 / 72	—	0,2	0,5	-	0,5

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho

Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1

Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (\*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões: correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA
	(A)	(B)	(C = A - B)	(%)
1968	134,5	0,4	134,1	42,1
1969	171,5	3,0	168,5	40,4
1970	159,7	-	159,7	34,7
1971	167,0	0,3	166,7	32,7
1972	170,1	0,3	169,8	28,8

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5

Amortização: Tabela 5.3

SERVICO DA DÍVIDA

5.5

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (%)	RECEITA PRÓPRIA (%)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	0,4	-	0,4	0,1	0,3	0,0
1 9 6 9	3,0	-	3,0	0,7	1,8	1,8
1 9 7 0	-	0,2	0,2	-	0,1	0,0
1 9 7 1	0,3	-	0,3	0,1	0,1	0,0
1 9 7 2	0,3	-	0,3	0,1	0,2	0,0

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho

